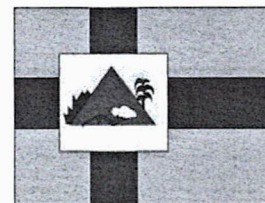




ESTADO DO CEARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE CARIRIACU



ATA DA REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES: FINANÇAS E ORÇAMENTO e LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO. Aos doze dias do mês de junho de dois mil e dezenove, às nove horas e trinta minutos no recinto deste Poder Legislativo, localizado à Rua Carlos Morais, 421, Centro, nesta Urbe. Em consonância com o Regimento Interno desta Casa, estiveram reunidos os vereadores representantes das comissões permanentes da Câmara Municipal: Marcos Bezerra Araújo – presidente da Comissão de Finança, – Cristina Onasses Viana Araújo 1ª Secretária Comissão de Finança, José Góes da costa 2º Secretário da Comissão de Finança, Antônio Roberto Pereira de Araújo 2º secretário da comissão legislação, justiça e redação. Após aberta a reunião foi feita a apresentação do Projeto de Lei nº 05/2019, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2020. O Presidente da Comissão de Finanças falou sobre a realização da **audiência pública realizada dia 05 de junho do ano em curso**, conforme, Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, garantindo que a transparência seja assegurada também mediante *incentivo à participação popular e realização de audiências públicas*, durante os processos de elaboração e de discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos. Conforme solicitação da reunião conjunta das comissões em 14 de maio 2019, realizada com a presença de membros do executivo municipal, sanadas todas as indagações e pontos de discursão, foi exarado o parecer FAVORAVEL a aprovação do projeto em tela. E não havendo nada mais a tratar deu-se por encerrado os trabalhos. Eu Cristina Onasses Viana Araújo, lavrei os termos da presente ata que após lida e aprovada será assinada.

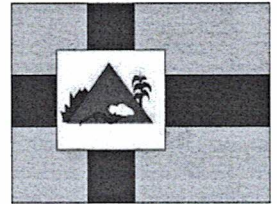
Marcos Bezerra Araújo
Cristina Onasses Viana Araújo
José Góes da Costa

Francisco Nestor de Mota

[Handwritten signature]



ESTADO DO CEARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE CARIRIÁÇU



PARECER EM CONJUNTO DAS COMISSÕES PERMANENTES: FINANÇAS E
ORÇAMENTO e LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER

RELATÓRIO

O Chefe do Executivo encaminhou à Casa Legislativa, sob protocolo nº 014/2019, na data de 15 de abril do ano em curso, o Projeto de Lei nº 05/2019, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2020, composto por __ artigos, anexos de metas fiscais, riscos fiscais e metas e prioridades, o projeto dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária do Município, relativas ao próximo exercício.

O projeto compreende:

- I – as prioridades e metas da administração pública municipal;
- II – a organização e estrutura dos orçamentos;
- III – as diretrizes gerais para a elaboração do orçamento do Município e suas alterações;
- IV – as disposições relativas as dívida pública municipal;
- V – as disposições relativas as despesas do município com pessoal e encargos sociais;
- VI – as disposições sobre alterações na legislação tributária do município; e
- VII – as disposições finais.
- VIII – anexos

DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO

É a norma que tem vigência anual e tem por objetivo orientar a elaboração do orçamento e regulamentar o ritmo da realização das metas durante o exercício subsequente. A LDO exerce o papel de controle das prioridades a serem atendidas em caso de necessidade. Portanto, regras sobre o equilíbrio financeiro, os resultados nominal e primário, a renúncia de receitas, o aumento de tributos, os reajustes salariais dos servidores, a definição das despesas e critérios para limitação de empenho, as regras para a realização de transferências voluntárias, requisitos para inclusão de novos projetos na lei orçamentária, regras para abertura de créditos adicionais no orçamento, condições para que o município realize convênios e incentivos, a reserva de contingência, entre outras, deverão estar tratadas nesta lei.

DO ATENDIMENTO A LEGISLAÇÃO

O projeto deve ser encaminhado ao Poder Legislativo Municipal até o dia 15 de abril de cada ano, e devolvida para sanção do Prefeito até o encerramento do primeiro período legislativo. Regra contida no ADCT da CF/88, art. 35, § 2º, inciso II, e art. 4º da LRF.

Sob esse aspecto, releva notar que o presente projeto foi encaminhado a esta Casa no prazo legal, protocolado sob nº 014/2019 em 15 abril 2019.

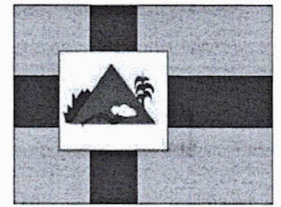
Nos termos do artigo 165, caput, da Constituição Federal, a LDO, juntamente com o Orçamento Anual e o plano plurianual, integra o Sistema Orçamentário dos entes federados, previsto nos artigos 165 a 169 da CF.

RUA Carlos Morais, 421- Centro – Caririáçu – Ceará – CEP: 63.220-000 – Fone: (88) 3547-1209
CNPJ: 06.743.298/0001-06 – CGF Nº 06.920.327-0

Site: www.camaracaririacu.ce.gov.br Email: camaracaririacu@hotmail.com



ESTADO DO CEARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE CARIRIÁÇU



Na elaboração desse instrumento normativo, deve o Chefe do Executivo se guiar pelas premissas aprovadas no plano plurianual.

Visto ainda o Estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257, de 10 de julho de 2001), introduziu novas disposições a respeito dos PPAs, das LDOs e da Lei Orçamentária em seu artigo 44:

“Art. 44. No âmbito municipal, a gestão orçamentária participativa de que trata a alínea f do inciso III do artigo 4º desta Lei incluirá a realização de debates, audiências e consultas públicas sobre as propostas do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual, como condição obrigatória para sua aprovação na Câmara Municipal.”

A lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Onde reafirma a importância da transparência e participação popular, senão vejamos;

Art. 48. São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.

Parágrafo único. A transparência será assegurada também mediante incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e de discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos.

VOTO

Pelo exposto, após as devidas análises, entendemos que a propositura está apta para tramitar regularmente por esta Egrégia Casa de Leis. É o nosso parecer **FAVORAVEL** a aprovação do Projeto de Lei, seguindo para aprovação do Plenário.

Câmara Municipal de Caririáçu, Estado do Ceará, Sala das Comissões em 12 de junho de 2019.


MARCOS BEZERRA ARAÚJO

Presidente da Comissão
Finanças e Orçamento
(1º secretário Comissão
Legislação, Justiça e Redação)


José Góes da Costa

2º Secretário
Comissão de Finanças e Orçamento


Cristina Onasses V. Araújo

Presidente da Comissão
Legislação, Justiça e Redação
(1ª secretária da Comissão
Finanças e Orçamento)


Antônio Roberto Pereira de Araújo

2º Secretário
Comissão de Legislação, Justiça e Redação

VOTOS A FAVOR:

Antonio José Ruiz Agui

Julio Millalpa

Francisco Esteban de Medina

Francisco Brito de Lima.

Antonio Roberto Pizarro de Arce

Enrique D. Morales

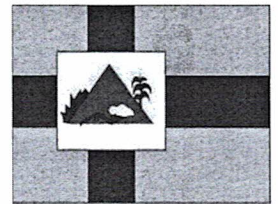
Jose Elvira

Julio

Francisco



ESTADO DO CEARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE CARIRIÁÇU



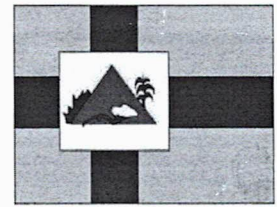
ATA DA REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES: FINANÇAS E ORÇAMENTO e LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO. Aos quatorze dias do mês de maio de dois mil e dezenove, às nove horas e trinta minutos no recinto deste Poder Legislativo, localizado à Rua Carlos Morais, 421, Centro, nesta Urbe. Em consonância com o Regimento Interno desta Casa, estiveram reunidos os vereadores representantes das **COMISSOES PERMANENTES** da Câmara Municipal: Marcos Bezerra Araújo – presidente da Comissão de Finança, – Cristina Onasses Viana Araújo 1ª Secretária e o Vereador Francisco Lustosa de Moura, Assessor Contábil da Prefeitura Sr. Arthur André Pinheiro de Sousa, o Sr. Ednardo Ferreira da Silva – Contador e o Procurador do Município Dr. Jhonatan Morais Rodrigues. Após aberta a reunião foi feita a apresentação do Projeto de Lei nº 05/2019, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2020, onde realizada as considerações do Procurador Geral do Município, bem como dos contadores. O Presidente da Comissão de Finanças solicitou a realização de audiência pública conforme, Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providência, e reafirma a importância da transparência e participação popular, previsto no Art. 48. - São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos. Parágrafo único. A transparência será assegurada também mediante **incentivo à participação popular e realização de audiências públicas**, durante os processos de elaboração e de discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos. Ficando pré-estabelecida a data para o dia 29 de maio a realização da audiência pública a qual será data ampla publicidade. Sendo após esta marcada uma nova reunião para a exaração de parecer. E não havendo nada mais a tratar deu-se por encerrado os trabalhos. Eu Cristina Onasses Viana Araújo, lavrei os termos da presente ata que após lida e aprovada será assinada.

RUA Carlos Morais, 421- Centro – Caririáçu – Ceará – CEP: 63.220-000 – Fone: (88) 3547-1209
CNPJ: 06.743.298/0001-06 – CGF Nº 06.920.327-0

Site: www.camaracaririacu.ce.gov.br Email: camaracaririacu@hotmail.com



ESTADO DO CEARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE CARIRIÁÇU



DESPACHO

Do Presidente da Câmara Municipal de Caririáçu

Ao: Exmo. Sr.

Vereador Francisco Brito de Lima

Presidente da Comissão de Obras e Serviços Públicos

Despacho à Comissão de Obras e Serviços Públicos, Projeto de Lei nº05/2019, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2020 e dá outras providências, para as devidas análises e emissão de Parecer dentro do prazo Regimental.

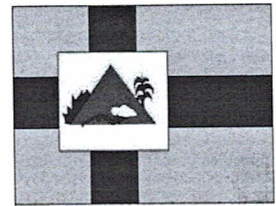
Caririáçu, 24 de abril de 2019.

José Irlando de Sousa Campos
Presidente da Câmara

Francisco Brito de Lima
Presidente da Comissão de Obras e Serviços Públicos



ESTADO DO CEARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE CARIRIÁÇU



DESPACHO

Do Presidente da Câmara Municipal de Caririáçu

Ao: Exmo. Sr.

Vereador Francisco Brito de Lima

Presidente da Comissão de Obras e Serviços Públicos

Despacho à Comissão de Obras e Serviços Públicos, Projeto de Lei nº05/2019, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2020 e dá outras providências, para as devidas análises e emissão de Parecer dentro do prazo Regimental.

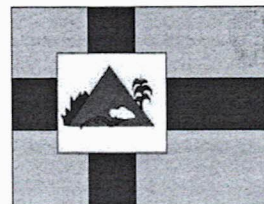
Caririáçu, 24 de abril de 2019.

José Irlando de Sousa Campos
Presidente da Câmara

Francisco Brito de Lima
Presidente da Comissão de Obras e Serviços Públicos



ESTADO DO CEARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE CARIRIÁÇU



DESPACHO

Do Presidente da Câmara Municipal de Caririáçu

Ao: Exmo. Sr.

Vereador Luiz Acácio Machado Leite

Presidente da Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social

Despacho à Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social, Projeto de Lei nº05/2019, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2020 e dá outras providências, para as devidas análises e emissão de Parecer dentro do prazo Regimental.

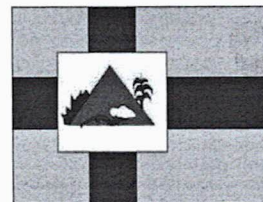
Caririáçu, 24 de abril de 2019.

José Irlando de Sousa Campos
Presidente da Câmara

Luiz Acácio Machado Leite
Presidente da Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social



ESTADO DO CEARA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE CARIRIÁÇU



DESPACHO

Do Presidente da Câmara Municipal de Caririáçu

Ao: Exmo. Sr.

Vereador Luiz Acácio Machado Leite

Presidente da Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social

Despacho à Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social, Projeto de Lei nº05/2019, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2020 e dá outras providências, para as devidas análises e emissão de Parecer dentro do prazo Regimental.

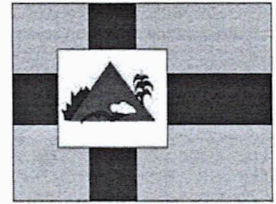
Caririáçu, 24 de abril de 2019.

José Irlando de Sousa Campos
Presidente da Câmara

Luiz Acácio Machado Leite
Presidente da Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social



ESTADO DO CEARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE CARIRIÁÇU



DESPACHO

Do Presidente da Câmara Municipal de Caririáçu

A: Exma. Sra.

Vereadora Cristina Onasses Viana Araújo

Presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação

Despacho à Comissão de Legislação, Justiça e Redação, Projeto de Lei nº05/2019, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2020 e dá outras providências, para as devidas análises e emissão de Parecer dentro do prazo Regimental.

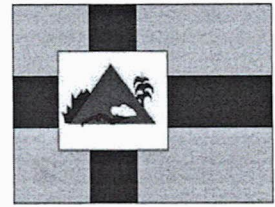
Caririáçu, 24 de abril de 2019.

José Irlando de Sousa Campos*
Presidente da Câmara

Cristina Onasses Viana Araújo
Presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação



ESTADO DO CEARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE CARIRIÁÇU



DESPACHO

Do Presidente da Câmara Municipal de Caririáçu

A: Exma. Sra.

Vereadora Cristina Onasses Viana Araújo

Presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação

Despacho à Comissão de Legislação, Justiça e Redação, Projeto de Lei nº05/2019, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2020 e dá outras providências, para as devidas análises e emissão de Parecer dentro do prazo Regimental.

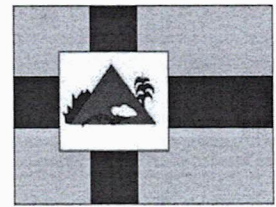
Caririáçu, 24 de abril de 2019.

José Irlando de Sousa Campos
Presidente da Câmara

Cristina Onasses Viana Araújo
Presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação



ESTADO DO CEARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE CARIRIÁÇU



DESPACHO

Do Presidente da Câmara Municipal de Caririáçu

Ao: Exmo. Sr.

Vereador Marcos Bezerra Araújo

Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

Despacho à Comissão de Finanças e Orçamento, Projeto de Lei nº05/2019, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2020 e dá outras providências, para as devidas análises e emissão de Parecer dentro do prazo Regimental.

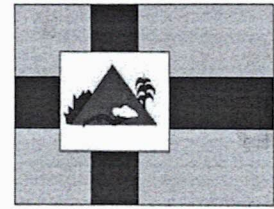
Caririáçu, 24 de abril de 2019.

José Irlando de Sousa Campos
Presidente da Câmara

Marcos Bezerra Araújo
Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento



ESTADO DO CEARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE CARIRIÁÇU



DESPACHO

Do Presidente da Câmara Municipal de Caririáçu

Ao: Exmo. Sr.

Vereador Marcos Bezerra Araújo

Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

Despacho à Comissão de Finanças e Orçamento, Projeto de Lei nº05/2019, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2020 e dá outras providências, para as devidas análises e emissão de Parecer dentro do prazo Regimental.

Caririáçu, 24 de abril de 2019.

José Irlando de Sousa Campos
Presidente da Câmara

Marcos Bezerra Araújo
Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento



ESTADO DO CEARA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE CARIRIÁÇU



**EDITAL N.º 001/2019 CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA
Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO / 2020**

Os Poderes Legislativo e Executivo do Município de Caririáçu - Ceará, juntamente com as comissões permanentes desta Egrégia Casa Legislativa, no uso de suas atribuições legais, em cumprimento ao disposto no § 1º, Inciso I da Lei Complementar n.º.101, de 04 de maio de 2000 – Lei de responsabilidade Fiscal – LRF bem como disposições contidas na CF/88, CONVIDA a população, para a realização de Audiência Pública com vistas à Discussão a Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, para o Exercício Financeiro de 2020, com o objetivo de garantir a participação da população em geral, das associações, dos sindicatos de classes, das entidades religiosas e demais entidades representativas da comunidade.

Local: Câmara Municipal de Caririáçu/CE.

Data: 05/06/2019 (quarta-feira)

Horário – 11:00 Horas

E, para fins de conhecimento a todos, expede-se o presente Edital que será afixado em local de fácil acesso ao público.

Caririáçu, 22 de maio de 2019.

José Irlando de Sousa Campos
Presidente da Câmara



CONVITE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO

Os Poderes Legislativo e Executivo do Município de Caririáçu - Ceará, juntamente com as comissões permanentes desta Egrégia Casa Legislativa, no uso de suas atribuições legais, em cumprimento ao disposto no § 1º, Inciso I da Lei Complementar nº.101, de 04 de maio de 2000 – Lei de responsabilidade Fiscal – LRF bem como disposições contidas na CF/88, CONVIDA a população, para a realização de Audiência Pública com vistas à Discussão a Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, para o Exercício Financeiro de 2020, com o objetivo de garantir a participação da população em geral, das associações, dos sindicatos de classes, das entidades religiosas e demais entidades representativas da comunidade.

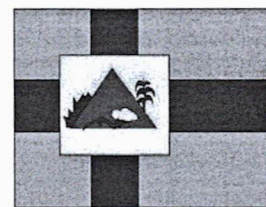
Local: Câmara Municipal de Caririáçu/CE.

Data: 05/06/2019 (quarta-feira)

Horário – 11:00 Horas

Caririáçu, 22 de maio de 2019.

José Irlando de Sousa Campos
Presidente da Câmara

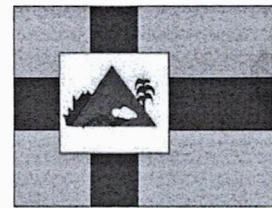


LISTA DE FREQUÊNCIA AUDIÊNCIA PÚBLICA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIA 2019

Nome	Setor
Fabiana Anacora Pereira	Prof. Contabilidade
EDUARDO FERRERS DA SILVA	CONTABILIDADE
Ana Scarlett Moneima da Silva	Contabilidade
José Carlos da Silva	EMPRESÁRIO
Ednardo Reis Silva	Empresário
William Daniel Gonçalves de Medeiros	Contabilidade
João Leite Costa Junior	PROCURADORIA
José Ernildo Caldas SILVA	PROCURADORIA
Jonatas Marcos Rodryg	PROCURADORIA
Paulo Narmundo Alves Pereira	Técnico - SDA
Daniela Maria Feitosa Dantas	Sec. Finanças
José Marcos Alves Ular	Sec. Finanças
Francklo Gomes Santana	Sec. Administração
Rúgia Maria Borges Rocha	Procuradoria
RAIMUNDO CORREIA DE ARAUJO NETO	SAMA E
Áquila Brito de Oliveira	ARQUIVO
Rosa Maria Paulista	Auxiliar
Cláudia Diamara Freitas Aguiar	Sec. Educação
Nayanne O. Borges Feitosa	CRAS Centro
Josely Barbosa da Silva	CRAS Centro
Ana Auxiliadora Zolim Maranhão	SM. ASSISTÊNCIA SOCIAL
Capitã Borges Silva	SMAS
M ^{te} das Virgens Sampaio Bezerra	SMAS
Francisco Junior Pinheiro	Oficial de Bids
Estelina Gonçalves de Souza	
Rosilene Lyllora Feitosa	ACS
José Fernando Neto	EDUCAÇÃO
Luiz Carlos de Melo André	Almoxarife G.M.C



ESTADO DO CEARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE CARIRIÁÇU



LISTA DE FREQUÊNCIA AUDIÊNCIA PÚBLICA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA 2019

Nome	Setor
Jully Dayn Aupo	CÂMARA MUNICIPAL
Francisco Lytosa de Moura	CÂMARA MUNICIPAL
Antônio Dantas Lima Junior	CÂMARA MUNICIPAL
Luiz Falcão M. Leite	CÂMARA MUNICIPAL
Francisco Brito de Lima	CÂMARA MUNICIPAL
Antonio Roberto Pereira de Araújo	CÂMARA MUNICIPAL
Paulo Roberto de Sousa Campos	CÂMARA MUNICIPAL
Thays B. Mendes	" " "
José Góes da Costa	" " "
Dorivaldo Gomes de Azevedo	" " "
Raul Gonçalves Macêdo Tavares	" " "
Dr. Sérgio do Noronha	Imprensa
Paulo Roberto de Sousa	Podr. Legislativo
Glória Leite de Silva Tenório	Podr. Legislativo
Catalina Soares Borges Prof. ^ª	Sec. Educação
Maria dos Quares B. Araújo	Câmara
Maria Taina A. S. Borges	Câmara
DIEGO MAIA DE MOURA	CÂMARA
Francisco V. Barão	Assist. Social
Di. F. F.	
Aldemir de Souza Barros	CÂMARA MUNICIPAL
Di. F. F.	CÂMARA MUNICIPAL
Roseta Rosada Silva	
José Cleidomani Feitosa Júnior	ACS Secretaria de Saúde
Pedro Favres Martins	ASSISTENTE IMPRESSA

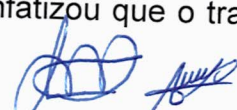
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO MUNICIPAL Nº 05/2019 (QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO 2020).

Aos cinco dias do mês de junho de dois mil e dezenove, às doze horas, no Edifício do Poder Legislativo Clemente Araújo Borges, localizado à Rua Carlos Morais, 421, Centro, nesta Urbe. Em consonância com o §1º, inciso I, da lei complementar Nº 101 de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), estiveram reunidos os vereadores Antônio Roberto Pereira de Araújo, Marcos Bezerra de Araújo, Luiz Acácio Machado Leite, Cristina Onasses Viana Araújo, Francisco Brito de Lima, Francisco Lustosa de Moura, José Eraldo Gonçalo Dias, José Góes da Costa, Tiago Borges Machado, Pedro Rinaldo Rodrigues Freitas e o então presidente José Irlando de Sousa Campos; na presença da Assessoria Jurídica da Câmara Municipal, bem como da equipe contábil do Poder Executivo e da Câmara Municipal de Caririçu(CE), presentes ainda o secretário municipal de Administração (Sr. Francisco Santana), representantes da secretaria de Assistente Social, a primeira dama Maria Zélia Feitosa, integrantes da secretaria de educação e de pessoas da comunidade, conforme lista de presença em anexo. Reunidos com a finalidade de debater o Projeto de Lei 05/2019, que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2020. Dando início, a sua excelência o Presidente da Câmara Municipal José Irlando de Sousa Campos, de forma muito honrada cumprimentou a todos os cidadãos que com suas presenças abrilhantaram este significativo acontecimento. Ensejou ser do conhecimento de todos que a audiência pública é uma oportunidade de diálogo, com o apresentar de sugestões para se aplicar no orçamento municipal. Desde já informou sobre a abertura de espaço para a participação de todos; Onde assim cumprirá as normas perante a lei conforme disposto no Artigo 165 parágrafo 2º Inciso I ao III da Constituição Federal. Ressaltou que neste ato de exercício da cidadania é permitido que o povo também participe da tomada de decisões; E como representante do povo, o Presidente desta Casa Legislativa, manifestou sua gratidão aos presentes que numa postura de civismo e participação democrática manifestaram sua colaboração, o que vai muito representar nas deliberações. Desejou um dia bastante proveitoso e declarou aberta a audiência, entregando a condução dos trabalhos ao Sr. Artur Pinheiro-contador da prefeitura. Ao manifestar-se, o mesmo lembrou está dando seguimento ao costume da administração que sempre procura trazer a participação popular dentro da Casa Legislativa. Seguiu com a exposição dos relacionados pontos: Amparo legal - ferramentas de planejamento. Plano plurianual; Diretrizes Orçamentarias; e Os Orçamentos Anuais. Apresentou o conjunto de metas; e enfatizou sobre a função da LDO. Através de projeção expôs os instrumentos de planejamento PPA, LDO, LOA no sentido de planejar, orientar e executar, bem assim os focos e resultados à alcançar. Esclareceu sobre as metas fiscais ou metas pretendidas na aplicação dos recursos nas diversas áreas, como saúde, educação e outras; O Quadro de metas anuais para 2020 com valor corrente e valor constante de receitas primárias, a estimativa e despesa total; referiu-se aos débitos, inclusive sobre a dívida pública consolidada, em regra com o INSS e o PREVICAR; relatou sobre os muitos valores e as diversas metas e ensejou que o município historicamente vem com uma dívida crescente, mas enfatizou que o trabalho da administração é claro e transparente;





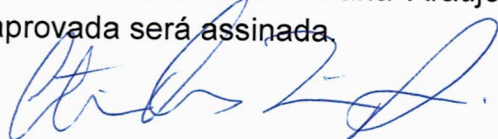




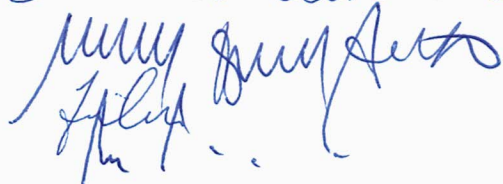




que vem mantendo um controle financeiro para não descumprir com suas obrigações. Que fez economia, gastou-se menos que o previsto, um valor pequeno, mas que representou esforço para não cair em situação mais grave. Foi esclarecido sobre os riscos fiscais e providências, citando a questão de epidemias, bem assim as calamidade pública situações que o município precisa estar preparado para assumir despesas. Relatou os pontos salutares e passivos de discussões, inclusive voltados para o Poder Legislativo. Na oportunidade disse estar a Prefeitura disponível a qualquer cidadão que deseja inteirar-se do projeto. Explicou o orçamento fiscal e orçamento da seguridade social, diferenciando-os e exemplificando; explicou sobre a reserva de contingência, suplementações, transposições, remanejamentos e transferências; também relativo à prevenção das alterações da LDO e sobre os projetos específicos. Enfim, apresentou um resumo das atividades. Referiu-se aos créditos especiais, sobre as vedações constitucionais, inclusive oriundo aos casos possíveis ou não de emendas e a não vedação de anulações. Disse ser este o resumo do projeto e colocou-se à disposição do plenário e da população. E solicitou que caso tenham propostas à incluir que sejam através de emenda parlamentar para adiantar o trabalho. Retornando a palavra à mesa a Vra. **Cristina Onasses** agradeceu pela gentileza, a disponibilidade e a didática do assessor contábil que em sua brilhante explanação transformara os termos técnicos mais compreensíveis. **Marcos Araújo** cumprimentou os presentes e falou da importância da audiência, a participação popular, através das audiências públicas, que tem influenciado o orçamento, sua estabilidade e o rumo da economia, demonstrando a seriedade da administração ao compartilhar as decisões do planejamento de finanças e orçamento. Ensejou que Já aconteceu reunião preliminar e assim convoco a comissão para nova reunião aos doze dias do mês corrente às 8 hs, no recinto da Casa. E tendo em vista a complexidade das leis determinou o prazo até à terça feira para apresentação de emendas. O Vr. Rinaldo após parabenizar pela excelente explanação referiu-se à reserva de contingencia que dar poder ao gestor quanto a questão de epidemias e outras situações de vulnerabilidade. Enfatizou que Emendas impositivas se deve exigir, para destinar a porcentagem mínima ao trabalho legislativo. Concluiu lamentando a ausência da população nesta audiência, apenas contando com pessoas ligadas direta e indiretamente à administração; "Se aqui estivessem amenizaria as críticas, as quais acontecem por falta de conhecimento", afirmou. Cristina Onasses acrescentou sobre o trabalho na comissão, quando se analisou a inerente proposta e o plano plurianual,, ocasião em que se ressaltou a necessidade de previsão legal para a administração realizar determinadas ações. A parlamentar sugeriu aos interessados que pudessem procurar um vereador para abrigar todas as demandas da comunidade. Em seguida a palavra foi facultada aos presentes e posteriormente encerrada a presente audiência. Eu Cristina Onasses Viana Araújo, lavrei os termos da presente ata que após lida e aprovada será assinada.



Francisco Augusto de Moura



Francisco Brito de Lima

Antonio Roberto Rumi de Sousa



Francisco B. Rumi

Rinaldo de Souza



ESTADO DO CEARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRIAÇÚ

PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

L.D.O

EXERCÍCIO FINANCEIRO

2020





PREFEITURA DE
Caririaçu

Mensagem nº 05 /2019

de 12 de Abril de 2019.

**Senhor Presidente,
Demais Vereadores.**

Pela presente, tenho a honra de encaminhar para apreciação dessa Augusta Casa Legislativa, o incluso Projeto de Lei, versando sobre as Diretrizes Orçamentárias deste Município para o Exercício Financeiro de 2020, na forma estabelecida ao disposto no art. 165 § 2º, da Constituição Federal.

Referida Lei define as metas e prioridades da administração municipal para o ano seguinte, servindo como orientação para elaboração da lei orçamentária anual, dispondo sobre a legislação tributária, bem como, estabelecendo limites para os orçamentos dos Poderes Executivo e Legislativo.

Certo da habitual e lúcida atenção dessa respeitável Casa para com os projetos que envolvam relevante interesse público, submeto o aludido projeto ao estudo de vossas excelências.

Atenciosamente,

José Edmilson Leite Barbosa
Prefeito Municipal de Caririaçu

Exmo. Sr.
José Irlando de Sousa Campos
DD. Presidente da Câmara Municipal
Caririaçu – CE.

ESTADO DO CEARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE CARIRIACU
PROTOCOLO Nº 014/2019
ASSUNTO: Projeto de Lei nº 05/2019,
que dispõe sobre as diretrizes para
elaboração da Lei Orçamentária
para o exercício financeiro de
2020 e da outra providência
RECEBIDO EM: 15 / 04 / 2019

- RESPONSÁVEL -



PREFEITURA DE Caririáçu

PROJETO DE LEI N.º 05 /2019

DE 12 DE ABRIL DE 2019.

EMENTA: Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2020 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CARIRIÁÇU/CE. Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, as diretrizes orçamentárias do Município para o exercício financeiro de 2020.

- I. as prioridades e metas da administração pública municipal;
- II. a organização e estrutura dos orçamentos;
- III. as diretrizes gerais para a elaboração dos orçamentos do município e suas alterações
- IV. as disposições relativas à dívida pública municipal;
- V. as disposições relativas às despesas do município com pessoal e encargos sociais;
- VI. as disposições sobre alterações na legislação tributária do município;
- VII. as disposições finais.

Parágrafo Único - Os orçamentos municipais e respectivas contabilizações pelo método das Partidas Dobradas, das Contas de Governo e Contas de Gestão, obedecerão para fins de registro, demonstrativo e consolidação, além de códigos locais, as seguintes disposições da Lei Federal n.º 4.320/64.

- I. Anexo I, Especificação da Receita;
- II. Adendo I, Especificação dos Elementos da Despesa;
- III. Adendo IV, Especificação da Despesa;
- IV. Anexo V, Classificação Funcional-Programática com código e estrutura;
- V. Quadros demonstrativos dos Adendos V, VI, VII, VIII e XI.

Art. 2º - O Plano Plurianual para o período de 2018 A 2021, estabelece as prioridades e as metas para o exercício de 2020.

§ 1º - As prioridades e as metas constantes do anexo desta lei, terão precedência na alocação de recursos nos orçamentos para o exercício de 2020, não constituindo as últimas em limite à programação das despesas.



PREFEITURA DE Caririáçu

§ 2º - Ocorrendo mudança de moeda, extinção do indexador, dolarização da moeda nacional, mudança na política salarial, corte de casas decimais, e qualquer outra ocorrência no SISTEMA MONETÁRIO NACIONAL, fica o Poder Executivo Municipal, através de Decreto, autorizado a adequar os sistemas orçamentário, financeiro e patrimonial a estas modificações, os quais terão seus valores corrigidos imediatamente, para que o equilíbrio dos referidos sistemas, seja conservado e estes não sofram prejuízo manifesto capaz de inviabilizar, temporária ou definitivamente a continuidade do funcionamento da máquina administrativa.

§ 3º - Os projetos constantes do Plano Plurianual de Investimentos serão revistos e atualizados de modo a assegurar a projeção continuada de 04 (quatro) anos, observado o disposto no Parágrafo Único do art. 23 da Lei Federal n.º 4.320/64.

Art. 3º - As receitas próprias e de órgãos, fundos, autarquias, inclusive as especiais, fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como das empresas públicas e sociedade de economia mista desta Lei, somente poderão ser programadas para atender integralmente suas necessidades relativas a custeio administrativo e operacional, inclusive pessoal e encargos sociais, bem como ao pagamento de juros, encargos e amortização da dívida.

Parágrafo Único – Na destinação dos recursos de que trata o "caput" deste artigo para atender despesas com investimentos, serão priorizadas as contrapartidas de financiamentos.

Art. 4º - O Projeto de Lei Orçamentária Anual que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo, obedecido o disposto na Lei Federal n.º 4.320/64 e o § 5º do art. 42 da Constituição Estadual, para exame e deliberação da Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica Municipal, será constituído de:

- I. texto de lei;
- II. consolidação dos quadros orçamentários;
- III. anexos dos orçamentos fiscal e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta lei;
- IV. anexo do orçamento de investimento a que se refere o art. 165, 5º, II, da Constituição, na forma definida nesta lei, e
- V. discriminação da legislação da receita e da despesa, referente aos orçamentos fiscal e da seguridade social.

§ 1º - Integrarão a consolidação dos quadros orçamentários a que se refere o inciso II deste artigo, incluindo os comprovantes referenciados no art. 22, inciso III, da Lei n.º 4.320/64, de 17 de março de 1964, os seguintes demonstrativos:



PREFEITURA DE Caririáçu

- I. da evolução da receita do Tesouro Municipal, segundo categorias econômicas e seus desdobramentos em fontes, discriminados cada imposto e demais receitas públicas de transferências e de arrecadação direta e as não tributárias;
- II. da evolução da despesa do Tesouro Municipal, segundo categorias econômicas e grupos de despesa;
- III. do resumo das receitas dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica e origem dos recursos;
- IV. do resumo das despesas dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica e origem dos recursos;
- V. da receita e da despesa, dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, segundo categorias econômicas, conforme anexo I da Lei n.º 4.320/64, de 1964, e suas alterações;
- VI. das receitas dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, de acordo com a classificação constante do anexo III, da Lei n.º 4.320/64 e suas alterações;
- VII. das despesas dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, segundo o Poder do órgão, por grupo de despesas e fontes de recursos;
- VIII. das despesas dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, segundo a função, sub-função, programa e grupo de despesa;
- IX. dos recursos do Tesouro Municipal, diretamente arrecadados nos orçamentos fiscal e da seguridade social, por órgão;
- X. da programação, referente à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, nos termos do art. 212, da Constituição, ao nível de órgão, detalhando fontes e valores por categoria de programação;

§ 2º - A mensagem que encaminhar o projeto de Lei Orçamentária Anual conterà:

- I. relato sucinto da conjuntura econômica do Município, com indicação do cenário macroeconômico para 2020;
- II. resumo da política econômica e social do Governo Municipal;
- III. avaliação das necessidades de financiamento do setor público municipal, explicitando receitas e despesas, bem como indicando os resultados primário e operacional implícitos no projeto de lei orçamentária anual para 2020, os estimados para 2019 e os observados em 2018;
- IV. justificativas da estimativa e da fixação, respectivamente, dos principais agregados da receita e da despesa.

§ 3º - Acompanharão o projeto de Lei Orçamentária Anual, demonstrativos contendo as seguintes informações complementares:



PREFEITURA DE Caririáçu

- I. os resultados correntes dos orçamentos fiscal e da seguridade social;
- II. os recursos destinados ao ensino infantil, ensino fundamental e educação jovens e adultos de forma a caracterizar o cumprimento do disposto nos arts. 212 da CF e art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;
- III. a consolidação dos investimentos programados nos orçamentos do Município, por órgãos e unidade orçamentária, eliminada a duplicidade;
- IV. a discriminação dos sub-projetos em andamento, cuja execução financeira, até 30 de junho de 2019, ultrapasse vinte por cento do seu custo total estimado, informando o percentual de execução e custo total acima referidos, observado o que estabelece o inciso 02, do art. 10 desta lei;
- V. as obras ou serviços constantes da proposta orçamentária que tenham tido sua execução interrompida há mais de dois anos, indicando sub-projeto/sub-atividade orçamentária correspondente, órgão, etapa em execução da obra, custo total atualizado, custo para sua conclusão e empresa executora;
- VI. a memória de cálculo sucinta da estimativa de gastos com pessoal e encargos sociais e com o pagamento de benefícios previdenciários para o exercício de 2020;
- VII. a memória de cálculo de estimativa das despesas com amortização e com juros e encargos da dívida pública interna e/ou externa mobiliária municipal em 2020, indicando as taxas de juros, os deságios e outros encargos;
- VIII. o efeito, por região, decorrente de isenções e de quaisquer outros benefícios tributários, indicando, por tributo e por modalidade de benefício contido na legislação do tributo, a perda da receita que lhes possa ser atribuída, bem como os subsídios financeiros e creditícios concedidos por órgão ou entidade da administração direta e indireta com os respectivos valores por espécie de benefício, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 6º, da Constituição Federal;
- IX. o gasto com pessoal e encargos sociais, por Poder e total, executado nos últimos três anos, a execução provável em 2019 e o programado para 2020 com a indicação da representatividade percentual do total em relação à receita corrente líquida, nos termos do art. 38 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

§ 4º - Os valores constantes dos demonstrativos previstos no parágrafo anterior serão elaborados a preços da proposta orçamentária, explicitada a metodologia utilizada.

Art. 5º - Os orçamentos fiscal e da seguridade social compreenderão a programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias e fundações, instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como das empresas públicas, sociedade de economia mista e demais entidades em que o Município, direto ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que dela receberam recursos do Município apenas sob a forma de:



PREFEITURA DE Caririáçu

- I. participação acionária;
- II. pagamento pelo fornecimento de bens e pela prestação de serviços;

Art. 6º - Para efeito do disposto no art. 4º desta lei, o Poder Legislativo, as Secretarias de Governo, as administrações dos fundos especiais, as autarquias, fundações, as empresas municipais e demais administrações dos órgãos públicos municipais e contas de gestões, encaminharão até o dia 21 de agosto de 2019, à Secretaria de FINANÇAS do Município, suas respectivas propostas orçamentária, para fins de exame técnico de viabilidade e consolidação, sob pena de terem suas propostas fixadas com base nos atuais custos administrativos.

Art. 7º - Os orçamentos, fiscal e da seguridade social discriminarão a despesa por órgão e unidade orçamentária, segundo a classificação funcional-programática, expressa por categoria de programação em seu menor nível.

§ 1º - As categorias de programação de que trata o caput deste artigo poderão ser identificadas por sub-projetos ou sub-atividades, com indicação das respectivas metas.

§ 2º - Os sub-projetos e sub-atividades se for o caso, serão agrupados em projetos e atividade, contendo uma sucinta descrição dos respectivos objetos.

§ 3º - No projeto de Lei Orçamentária Anual poderá ser atribuído a cada sub-projeto e sub-atividade, para fins de processamento, um código numérico seqüencial que não constará da lei orçamentária anual.

§ 4º - O enquadramento dos sub-projetos e sub-atividades na classificação funcional-programática deverá observar genericamente os objetivos precípuos dos projetos e atividades, independentemente da entidade executora e do detalhamento da despesa.

§ 5º - As modificações propostas nos termos do art. 166, §§ 3º, 4º e 5º, da Constituição Federal deverão preservar os códigos numéricos seqüenciais da proposta original.

§ 6º - As fontes de recursos e as modalidades de aplicação aprovadas na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais poderão ser modificadas mediante publicação de ato do Poder Executivo, com a devida justificativa, para atender as necessidades de execução logística do projeto e ou atividade respectiva através de detalhamento da despesa, utilizando os mesmos recursos para os fins respectivamente programados.

Art. 8º. A Lei Orçamentária Anual para 2020 conterà a Destinação de Recursos, que serão classificados por Fontes, conforme regulamentação da Secretaria do Tesouro

MW



PREFEITURA DE Caririáçu

Nacional - STN, do Ministério da Fazenda, e do Tribunal de Contas do Estado do Ceará – TCE/CE.

§ 1º. As Fontes de Recursos, de que trata este artigo serão consolidadas, no “Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos”, anexo da Lei Orçamentária e do Balanço Geral, segundo:

a) **Recursos Próprios ou Ordinários:** compreendendo os recursos diretamente arrecadados pelo Município e os recursos repassados pela União e Estado por força de mandamento constitucional e legal; e

b) **Recursos Vinculados:** compreendendo os recursos transferidos pelo Estado e União com aplicação vinculada.

Art. 9º - A modalidade de aplicação a que se refere o § 6º do artigo anterior destina-se a indicar o responsável pela execução e será identificada na Lei Orçamentária e créditos adicionais pelo código geral (0000.00000000.00) conforme abaixo:

- I. 0000 = Código inicial que identifica o órgão e a unidade orçamentária;
- II. 00000000 = Código que identifica a função, sub-função, programa, projeto e atividade;
- III. 00 = Código que identifica a seqüência dos projetos ou atividades.

Art. 10 - Os créditos adicionais utilizarão idêntica forma de codificação e programação estabelecida para a Lei Orçamentária Anual.

§ 1º - Acompanharão os projetos de lei relativos a autorizações de créditos adicionais especiais, exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as conseqüências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução dos projetos ou atividades correspondentes.

§ 2º - Os decretos de abertura de créditos adicionais especiais ou, suplementares aos programas, serão acompanhados, na sua publicação, de exposição de motivos que inclua a justificativa e a indicação dos efeitos dos cancelamentos de dotações sobre a execução dos projetos ou atividades atingidos e suas metas, integrando-se automaticamente ao universo orçamentário anual.

§ 3º - Cada projeto de lei e decreto deverá restringir-se a uma única modalidade de crédito adicional, indicando os novos programas ou os programas a serem suplementados, ocorrendo à abertura e respectivo desdobramento como preceituum os arts. 43 e 46 da Lei Federal n.º 4.320/64.



PREFEITURA DE Caririáçu

Art. 11 - Nas previsões de receita e na programação da despesa observar-se-á:

01. – Nas previsões de receitas:

I. As previsões de receitas observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àqueles a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas;

II – Reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal;

III – O montante previsto para as receitas de operações de crédito não poderá ser superior ao das despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária;

IV – Até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual as receitas previstas serão desdobradas, pelo Poder Executivo, em metas bimestrais de arrecadação, com a especificação, em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

02 – Na programação da despesa não poderão ser:

- I. fixadas despesas, sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras;
- II. incluídos sub-projetos com a mesma finalidade em mais de um órgão;
- III. incluídas despesas a título de Investimentos – Regime de Execução Especial, ressalvados os casos de calamidade pública formalmente reconhecidos, na forma do art. 167, § 3º, da Constituição;
- IV. transferidos a outras unidades orçamentárias do mesmo órgão os recursos recebidos por transferência, ressalvados os casos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação;

§ 1º - Excetuados os casos de obras cuja natureza ou continuidade física não permitam o desdobramento, a Lei Orçamentária Anual não consignará recursos a projeto que se localize em mais de uma unidade orçamentária ou que atenda a mais de uma.



PREFEITURA DE Caririáçu

§ 2º - O total de emendas à proposta orçamentária não poderá exceder ao limite da fixação dos respectivos volumes das reservas de contingência de que trata o art. 17 desta lei.

Art. 12 - Além da observância das prioridades e metas fixadas nos termos do art. 2º desta Lei, a Lei Orçamentária e seus créditos adicionais somente incluirão sub-projetos novos se:

- I. tiverem sido adequadamente contemplados todos os sub-projetos em andamento;
- II. os recursos alocados viabilizarem a conclusão de uma etapa ou a obtenção de uma unidade completa.

Art. 13 - Os recursos para compor a contrapartida de empréstimos internos e externos e para o pagamento de sinal, amortização, juros e outros encargos, observados os cronogramas financeiros das respectivas operações, não poderão ter destinação diversa da programada, exceto se comprovado documentalmente, erro na fixação desses recursos.

§ 1º - Excetua-se do disposto no caput deste artigo, a destinação mediante a abertura de crédito adicional, de recursos de contrapartida para a cobertura de despesa com o pessoal e encargos sociais, sempre que for evidenciada a impossibilidade da sua aplicação original.

Art. 14 - É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária Anual e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividade de natureza continuada, que preencham uma das seguintes condições:

- I. seja de atendimento direto ao público nas áreas de assistência social, saúde, ou educação e estejam registradas no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS);
- II. sejam vinculadas a organismos internacionais de natureza filantrópica, institucional ou assistencial;
- III. atendam ao disposto no art. 204 da Constituição Federal, no art. 61 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;
- IV. ser sediada no Município;
- V. assegurem a destinação de seu patrimônio a outra instituição com o mesmo fim e com sede no Município, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades.



PREFEITURA DE Caririáçu

§ 1º - Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declarações de funcionamento regular, emitida no exercício de 2020, por três autoridades locais e comprovante de regularização do mandato de sua diretoria.

§ 2º - É vedada ainda, a inclusão de dotação global a título de subvenções sociais.

§ 3º - A destinação de recursos à entidade privada com sede no município para atendimento às ações de assistência social, saúde e educação, será realizada por intermédio de transferências intergovernamentais, mediante plano de aplicação indicada a unidade de medida de desempenho e requerimento do seu titular, devendo sua prestação de contas ocorrer até o último dia útil do Exercício a que se refere a presente Lei, composta dos seguintes documentos.

- a. relatório consubstanciados das atividades;
- b. balancete financeiro;
- c. recolhimento do saldo monetário que houver;
- d. comprovação de desempenho.

Art. 15 - É vedada a inclusão de dotação, a título de auxílios para entidades privadas, ressalvadas as sem fins lucrativos e desde que sejam:

- I. voltadas para o ensino especial ou representativas da comunidade escolar das escolas públicas estaduais e municipais do ensino fundamental ou, ainda, unidades mantidas pela Campanha Nacional da Comunidade (CNEC).
- II. Cadastradas junto ao Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos oriundos de programas ambientais doados por organismos internacionais ou agências estrangeiras governamentais; e,
- III. Voltadas para as ações de saúde prestadas pelas Santas Casas de Misericórdia, quando financiadas com recursos de organismos internacionais.

Art. 16 - As transferências de recursos do município consignadas na Lei Orçamentária Anual, para as instituições, a qualquer título, inclusive auxílios financeiros e contribuições, serão realizadas exclusivamente mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, na forma da legislação vigente, ressalvadas aquelas decorrentes de recursos originários da repartição de receitas previstas em legislação específica, as repartições de receitas tributárias, as operações de créditos para atender a estado de calamidade pública, legalmente conhecido por ato do Poder Executivo, e dependerão da comprovação por parte da unidade beneficiada, no ato da assinatura do instrumento original, desde que não esteja inadimplente com:



PREFEITURA DE Caririáçu

- I. o fisco da União, inclusive com as contribuições de que tratam os arts. 195 e 239 da Constituição;
- II. as contribuições para o Fundo de Garantia por Tempo de Serviços; e
- III. a prestação de contas relativas a recursos anteriormente recebidos da administração pública municipal, através de convênios, acordos, ajuste, subvenções, auxílios e similares;
- IV. fisco do Município.

§ 1º - É obrigatória a contrapartida da instituição, que poderá ser atendida através de recursos financeiros ou bens e serviços economicamente mensuráveis e será estabelecida de modo compatível com a capacidade da respectiva unidade beneficiada, tendo como limite máximo:

- I - no caso de material e serviços:
10% (dez por cento) de contrapartida;
- II - no caso equipamentos e obras:
20% (vinte por cento) de contrapartida.

§ 2º - A existência de contrapartida fixada no parágrafo anterior não se aplica aos recursos transferidos pela União e Estados:

- I. oriundo de operações de créditos internas e externas salvo quando o contrato dispuser de forma diferente;
- II. oriundo de dotações de organismos internacionais ou de governos estrangeiros e de programas de conversão de dívida externa doada para os fins ambientais, sociais, culturais e de segurança pública;
- III. para atendimento dos programas de educação infantil, ensino fundamental e educação de jovens e adultos e as ações e programas do sistema único de saúde e da assistência social, considerados como áreas prioritárias.

§ 3º - Caberá ao órgão transferidor do município:

- I. a exigência de indicação compromissada de um preposto coordenador do programa;
- II. acompanhar a execução das sub-atividades ou sub-projetos desenvolvidos com os recursos transferidos.

§ 4º - As transferências previstas neste artigo serão feitas mediante apresentação de plano de trabalho, devendo o empenho ocorrer até a data da assinatura do respectivo acordo, convênio, ajuste ou instrumento congênere, e os demais registros próprios nas datas da ocorrência dos fatos correspondentes.



PREFEITURA DE Caririáçu

§ 5º - O disposto neste artigo aplica-se igualmente à concessão de empréstimo, financiamento ou aval pelo Município autorizado por lei, inclusive suas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital com dinheiro.

§ 6º - A destinação de recursos para, direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou déficits de pessoas jurídicas deverá ser autorizada por lei específica, atender às condições estabelecidas nesta lei e estar prevista no orçamento ou em seus créditos adicionais, até o limite de dez por cento da receita corrente líquida.

§ 7º - Na concessão de crédito a pessoa física ou jurídica que não esteja sob o controle, direta ou indiretamente, os encargos financeiros, comissões e despesas congêneres não serão inferiores aos definidos em lei ou ao custo de captação, com o mesmo prazo de amortização estabelecido para o Município junto à instituição financeira.

Art. 17. Será constituída no orçamento reserva de contingência, cujo valor deverá limitar-se a, no máximo, 1% (um por cento) da receita corrente líquida, e atenderá:

I - passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos classificados, conforme a natureza dos fatores originários, nas seguintes classes:

- a) controvérsias sobre indexação e controles de preços praticados durante planos de estabilização econômica;
- b) questionamentos judiciais de ordem fiscal contra o Tesouro Municipal, bem como riscos pertinentes a ativos decorrentes de operações de liquidação extrajudicial;
- c) outras demandas judiciais;
- d) lides de ordem tributária e previdenciária;
- e) questões judiciais pertinentes à administração, tais como privatizações, liquidação ou extinção de órgãos ou de empresas e atos que afetam a administração de pessoal;
- f) dívidas em processo de reconhecimento;
- g) operações de aval e garantia, fundos e outros;

II - situações de emergência e calamidades públicas.

Parágrafo Único. Na hipótese de não utilização da Reserva de Contingência nos fins previstos neste artigo até 30 de outubro de 2020, o Poder Executivo poderá dispor sobre a destinação da dotação para financiamento da abertura de créditos adicionais.

Art. 18 – O Município apresentará no exercício de 2020, resultado primário equivalente a pelo menos 0,5% (zero vírgula cinco por cento) de suas receitas correntes líquidas.



PREFEITURA DE **Caririáçu**

Art. 19 - À programação a cargo da Secretaria de Finanças incluir-se-á as dotações destinadas a atender as despesas com:

- I. pagamento da dívida interna; e
- II. pagamento dos precatórios;

§ 1º - As demais Secretarias incluirão dotações destinadas a manutenção dos serviços anteriormente criados e para aquisição de bens de capital, necessários ao perfeito funcionamento e operacionalidade de suas atribuições e competências administrativas, subordinadas as respectivas contas de gestões sobre as quais responsáveis prestarão contas regulares.

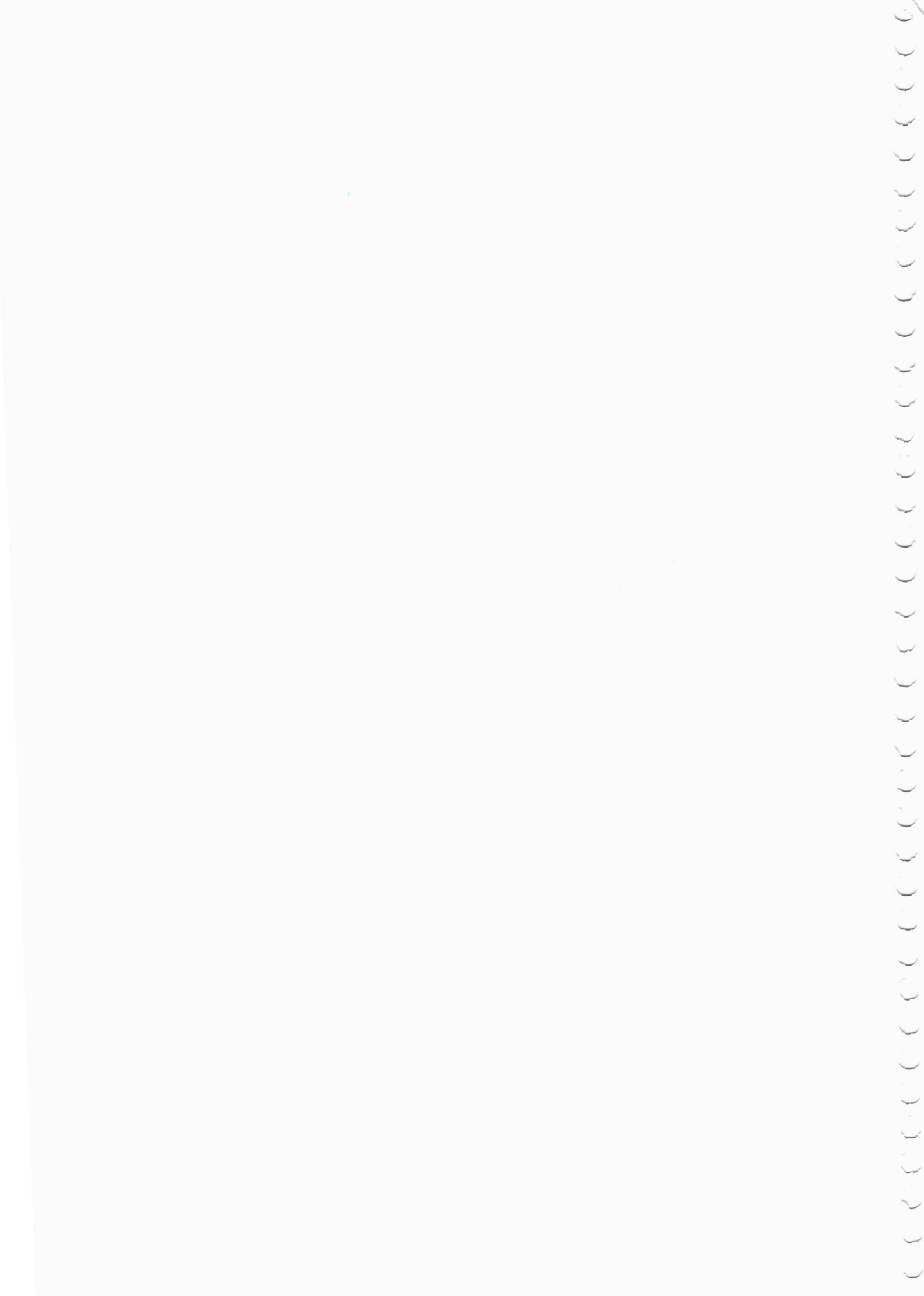
§ 2º - Os programas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e da Educação Jovens e Adultos e os de Saúde, à conta dos respectivos fundos especiais, poderão ser suplementados e, efetuadas as transposições de dotações que se fizerem necessários, utilizando recursos orçamentários dos mesmos programas, destinados a agilizar o processo de aplicação, do cumprimento das obrigações constitucionais e para manutenção dos efeitos da descentralização, observadas as decisões dos respectivos conselhos municipais sobre as reais necessidades a respeito da movimentação orçamentária, financeira e patrimonial no exercício.

§ 3º - O Poder Executivo é autorizado a utilizar fundos de outros programas para suplementar os recursos orçamentários destinados à Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos e ao Sistema de Saúde, quando estes se tornarem insuficientes para o cumprimento de suas obrigações constitucionais e os recursos financeiros vinculados estejam disponíveis.

§ 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar até 50% (cinquenta por cento) do valor da despesa constante na Lei Orçamentária Anual.

§ 5º - A destinação de recursos para atender as despesas com ações e serviços públicos de educação, saúde e assistência social obedecerá ao princípio da descentralização.

§ 6º. A alocação dos créditos orçamentários da LOA - 2020 deverá ser feita diretamente à Unidade Orçamentária responsável pela execução das ações correspondentes, e aquelas que são destinadas ao FUNDO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CARIRIÁÇU - PREVICAR, a título de Contribuições Previdenciárias, tanto do Servidor (segurado) quanto ao Empregador (patronal).





PREFEITURA DE Caririáçu

Art. 20. O Poder Executivo poderá, mediante decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2020 e em seus créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, ou ainda em casos de complementaridade.

Parágrafo único. Na transposição, transferência ou remanejamento de que trata o caput deste artigo poderá haver ajuste na classificação funcional, na fonte de recursos, na modalidade de aplicação e no identificador de uso, desde que justificadas pelas unidades orçamentárias detentoras do crédito.

Art. 21. As alterações orçamentárias que não modifiquem o valor global da categoria de programação e do grupo de despesa não ensejam à abertura de créditos adicionais e poderão ocorrer no sistema de contabilidade para ajustar:

- I – a Modalidade de Aplicação;
- II – o Elemento de Despesa;
- III – as fontes de recursos.

Art. 22 - O sistema de controle interno gravará na conta, DIVERSOS RESPONSÁVEIS, com o registro em livro próprio e mensalmente, em nome do respectivo gestor, o valor global dos recursos liberados e aplicados com prestação de contas irregular, para atendimento ao disposto no art. 70 da Constituição Federal e os arts. 80 e seus §§ e os arts. 81, 83, 84 e 87 a 90 e 93 do Decreto-Lei n.º 200/67, de 25/02/67.

Parágrafo Único – A baixa na responsabilidade do registro da conta Diversos Responsáveis ou sua inclusão na Dívida Ativa, obedecerá ao resultado do julgamento das contas do exercício de 2020, pela Câmara Municipal.

Art.23 - O orçamento da seguridade social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social e obedecerá ao disposto nos arts. 194, 195, 196, 200, 206 e 212, § 4º, da Constituição Federal, e conterà, dentre outros, com recursos provenientes:

- I. das receitas próprias dos órgãos, fundos e entidades que integram, exclusivamente, este orçamento;
- II. da contribuição para o plano de seguridade social do servidor, que será utilizada, para despesas no âmbito dos encargos previdenciários da União e,
- III. do orçamento fiscal.



PREFEITURA DE Caririáçu

Parágrafo Único – A destinação de recursos para atender a despesas com ações e serviços públicos de saúde e de assistência social obedecerá ao princípio da descentralização.

Art. 24 - O orçamento da seguridade social discriminará as dotações relativas às ações descentralizadas de saúde e assistência social, em categorias de programação específicas dos órgãos e unidades orçamentárias.

Art. 25 - Não se aplicam às empresas integrantes do orçamento de investimento, as normas gerais da Lei 4.320/64, no que concerne ao regime contábil, execução do orçamento e demonstrativo de resultado.

Parágrafo Único – Excetua-se o disposto no caput deste artigo a aplicação, no que se couber, dos arts. 109 e 110, da Lei n.º 4.320/64, para as finalidades a que se destinam.

Art. 26 - Todas as despesas relativas à dívida pública municipal, mobiliária ou contratual, e as receitas que atenderão, constarão da Lei Orçamentária Anual.

§ 1º - As despesas com o refinanciamento da dívida pública municipal, mobiliária federal, interna e externa, serão incluídas, na lei e em seus anexos, separadamente das demais despesas com serviço da dívida.

§ 2º - Entende-se por refinanciamento, o pagamento do principal da dívida pública mobiliária municipal corrigido, e por sua amortização efetiva, seu pagamento com recursos de outras fontes.

§ 3º - Os Restos a Pagar processados e os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício de 2020, não poderão exceder as disponibilidades de caixa na consolidação das contas no ato do encerramento do exercício.

§ 4º - Até o encerramento do expediente do último dia útil do mês de dezembro de 2020, os saldos não aplicados de recursos do Município, transferidos ao Poder Legislativo e às contas de gestão ou instituições conveniadas, deverão ser devolvidos à Fazenda Municipal para efeito de consolidação das contas, sob pena de inscrição e registro do gestor na conta Diversos Responsáveis e comunicação aos órgãos de controle externo, excluídos os saldos dos fundos especiais, observados o disposto no art.20 desta Lei.

Art. 27 – Entende-se como despesa total com pessoal: o somatório dos gastos do Município com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios,



PREFEITURA DE Caririáçu

inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais contribuições recolhidas às entidades de previdência.

§ 1º - Os valores dos contratos de terceirização de mão de obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como "Outras Despesas de Pessoal".

§ 2º - A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze meses imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.

§ 3º - Na verificação do atendimento dos limites definidos neste artigo, não serão computadas as despesas:

- I – de indenização por demissão de servidores ou empregados;
- II – relativas a incentivos à demissão voluntária;
- III – derivadas da aplicação do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição;
- IV – decorrentes de decisão judicial e da competência de período anterior ao da apuração a que se refere o § 2º do art. 19;
- V – com inativos, ainda que por intermédio de fundo específico, custeadas por recursos provenientes.
 - a) da arrecadação de contribuições dos segurados;
 - b) da compensação financeira de que trata o § 9º do art. 201 da Constituição;
 - c) das demais receitas diretamente arrecadadas por fundo vinculado a tal finalidade, inclusive o produto da alienação de bens, direitos e ativos, bem como seu superávit financeiro.

Art. 28 – Para fins do disposto no caput do Art. 169 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal em cada período não poderá exceder a sessenta por cento (60%) da receita corrente líquida, estabelecida as seguintes proporções:

- I. 6% (seis por cento) para o Poder Legislativo; e,
- II. 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Poder Executivo.

§ 1º - Para os fins previstos no art. 168 da Constituição Federal, a entrega dos recursos financeiros correspondentes à despesa total com pessoal por Poder e órgão será a resultante da aplicação dos percentuais de que trata o parágrafo anterior.

§ 2º - O percentual de 6% (seis por cento) estabelecido ao Poder Legislativo, será repartido entre seus órgãos de forma proporcional à média das despesas com pessoal, em percentual da receita corrente líquida, verificadas nos três exercícios financeiros



PREFEITURA DE Caririáçu

imediatamente anteriores ao da publicação da Lei Complementar n.º 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme o que dispõe seu § 1º, do art. 20.

Art. 29 - É nulo de pleno direito o ato que provoque aumento da despesa com pessoal e não atenda:

- I – as exigências dos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000, e o disposto no inciso XIII do art. 37 e no § 1º do art. 169 da Constituição Federal;
- II – o limite legal de comprometimento aplicado às despesas com pessoal inativo.

Parágrafo Único – Também é nulo de pleno direito o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal expedido nos 180 (cento e oitenta dias) anteriores ao final do mandato do titular do respectivo Poder ou órgão referido no art. 21.

Art. 30 - A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos nesta lei, será realizada ao final de cada semestre.

Parágrafo Único – Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder:

- I – concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;
- II – criação de cargo, emprego ou função;
- III – alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;
- IV – contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias.

Art. 31 - Se a despesa total com pessoal, do Poder ou órgão, ultrapassar os limites definidos nesta lei, sem prejuízo das medidas previstas no art. 22 da LC n. 101/2000, o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro, adotando-se, entre outras, as providências previstas nos §§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição.

§ 1º - No caso do inciso I do § 3º do art. 169 da Constituição, o objetivo poderá ser alcançado tanto pela extinção de cargos e funções quanto pela redução dos valores a eles atribuídos.

§ 2º - É facultada a redução temporária da jornada de trabalho com adequação dos vencimentos a nova carga horária.



PREFEITURA DE Caririáçu

§ 3º - Não alcançada a redução no prazo estabelecido, e enquanto perdurar o excesso, o Município não poderá:

- I – receber transferências voluntárias;
- II – obter garantia, direta ou indireta, de outro ente federado;
- III – Contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal.

Art. 32 – No exercício financeiro de 2020, as despesas com pessoal ativo e inativo, dos dois Poderes do Município, observarão o limite estabelecido na Lei Complementar n.º 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 33 - A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário no exercício em que deve iniciar sua vigência e nos dois seguintes, observado o disposto nesta lei e a pelo menos uma das seguintes condições:

- I – demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma da Lei Complementar n. 101/2000 e que não afetará as metas de resultados fiscais previstos no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;
- II – estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio de aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 1º - A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§ 2º - Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o caput deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor, quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso.

§ 3º - O disposto neste artigo não se aplica:

- I – as alterações das alíquotas dos impostos previstos nos incisos I, II, IV e V do art. 153 da Constituição, na forma do seu § 1º;
- II – ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.



PREFEITURA DE Caririáçu

Art. 34 – Não será aprovado projeto de lei, que conceda ou amplie incentivo, isenção ou benefício, de natureza tributária ou financeira, sem que se apresente a estimativa da renúncia de receita correspondente.

Parágrafo Único – A lei mencionada no caput deste artigo somente entrará em vigor após o cancelamento de despesas em idêntico valor.

Art. 35 - É vedado ao Município durante a execução orçamentária do exercício a que se refere a presente lei e após lançamento da obrigação tributária e respectiva notificação, sem prévia autorização legislativa:

- I. conceder anistia ou redução de imposto ou taxas;
- II. prorrogar o prazo de pagamento da obrigação tributária;
- III. deixar de cobrar os acréscimos por atraso de pagamento;
- IV. aumentar o número de parcelas;
- V. proceder ao encontro de contas;
- VI. efetuar a compensação da obrigação de recolher rendas ou receitas com direito de crédito contra a Fazenda Municipal.

Parágrafo Único – os valores dos impostos e taxas poderão ser atualizados monetariamente e cobrados, observado o seguinte:

- I. o valor venal dos bens imóveis junto ao mercado de imóveis; e,
- II. os custos operacionais dos serviços postos a disposição dos contribuintes e executados às custas do erário municipal.

Art. 36 – Além de obedecer às demais normas de contabilidade pública, a escrituração das contas públicas observará as seguintes:

- I – a disponibilidade de caixa constará de registro próprio, de modo que os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória fiquem identificados e escriturados de forma individualizada;
- II – a despesa e a assunção de compromisso serão registradas segundo o regime de competência, apurando-se, em caráter complementar o resultado dos fluxos financeiros pelo regime de caixa;
- III – as demonstrações contábeis compreenderão, isolada e conjuntamente, as transações e operações de cada órgão, fundo ou entidade da administração direta, autárquica e fundacional, inclusive empresa estatal dependente;
- IV – as receitas e as despesas previdenciárias serão apresentadas em demonstrativos financeiros e orçamentários específicos;
- V – as operações de crédito, as inscrições em Restos a Pagar e as demais formas de financiamento ou assunção de compromissos junto a terceiros, deverão ser



PREFEITURA DE Caririáçu

escrituradas de modo a evidenciar o montante e a variação da dívida pública no período, detalhando, pelo menos, a natureza e o tipo de credor;

VI – a demonstração das variações patrimoniais dará destaque a origem e ao destino dos recursos provenientes da alienação de ativos.

§ 1º - O Município manterá sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

Art. 37 - No projeto de lei orçamentária, as receitas e as despesas serão orçadas a preços de julho do corrente exercício.

§ 1º - Os créditos especiais abertos integrarão o universo orçamentário do exercício, podendo ser suplementados, parcial ou totalmente, atualizados monetariamente e/ou transpostos ou receberem transposições orçamentárias.

§ 2º - Os valores da receita e da despesa apresentados no projeto de lei serão atualizados na lei orçamentária para preços de janeiro de 2020, utilizando a variação de Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M/FGV ou outro estabelecido para correção dos limites das licitações, no período compreendido entre os meses de junho e dezembro de 2019, incluídos os meses extremos do mesmo, quando verificado o percentual inflacionário acima de 10% (dez por cento).

§ 3º - Os valores resultantes da atualização monetária na forma do disposto no parágrafo anterior, desde que convenientes ao interesse da administração poderão, a partir de 31 de janeiro do exercício a que se refere a presente Lei, serem incorporados às rubricas orçamentárias a qualquer dia do exercício durante a execução orçamentária, procedendo-se as devidas alterações nos valores das rubricas da Receita de forma a manter o equilíbrio orçamentário.

Art. 38 - A Fazenda Municipal manterá registro atualizado dos inadimplentes os quais são impedidos de licitar ou contratar com o Município, sendo vedado o encontro de contas no ato do pagamento a qualquer credor.

§ 1º - A transferência de recursos referentes aos duodécimos à Câmara Municipal, obedecerá às disposições estabelecidas para as demais contas de gestão e, será liberado até o dia 20 de cada mês durante a execução orçamentária, obedecido o percentual de que trata a EMENDA CONSTITUCIONAL N. 58/2009.

§ 2º - Para efeito na base de cálculo das transferências de recursos que o Município esteja obrigado a efetuar, excluem-se as receitas com destinação específica provenientes de convênios, ajustes ou acordos e demais disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal – LC n. 101/2000, para a obtenção da receita geral líquida.



PREFEITURA DE Caririáçu

Art. 39 - A partir do 10º dia do início do exercício de 2020, o município poderá contratar operações de créditos internas por antecipação da receita, destinadas a atender a insuficiência de caixa, a qual deverá ser quitada, com juros e outros encargos incidentes, até o dia dez de dezembro de 2020, observadas as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal – LC N.º 101/2000.

Art. 40 - A prestação de contas anual do Município incluirá relatório de execução na forma e com o detalhamento apresentado pela Lei Orçamentária anual.

Parágrafo Único – Da prestação de contas anual constará necessariamente, informação quantitativa sobre o cumprimento das metas físicas previstas na Lei Orçamentária Anual.

Art. 41 - Os projetos de lei de créditos adicionais poderão a qualquer tempo ser solicitado ao Poder Legislativo, ressalvado o disposto no art. 167, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 42 - São vedados quaisquer procedimentos no âmbito dos sistemas de orçamento, programação financeira e contabilidade, que viabilizem a execução de despesas sem comprovação e suficiência disponibilidade de dotação orçamentária.

Art. 43 - Se o projeto de Lei Orçamentária Anual não for aprovado pela Câmara Municipal até 31 de dezembro de 2019, a programação dele constante poderá ser executada, durante os três primeiros meses do exercício de 2020, em cada mês, até o limite de um doze avos do total de cada dotação, na forma originariamente encaminhada ao Poder Legislativo.

§ 1º - Considerar-se-á antecipação de crédito, à conta da Lei Orçamentária, a utilização dos recursos autorizada neste artigo.

§ 2º - Os saldos negativos eventualmente apurados em virtude de emendas apresentadas ao projeto de lei de orçamento no Poder Legislativo e do procedimento previsto neste artigo serão ajustados, após sanção da Lei Orçamentária, através da abertura, por decreto, de créditos adicionais mediante remanejamento de dotações.

§ 3º - Não se incluem no limite previsto no caput deste artigo as dotações para atendimento de despesas com:

- I. pessoal e encargos sociais;
- II. pagamento de serviços de dívida;
- III. água, energia elétrica e telefone;



PREFEITURA DE Caririáçu

- IV. combustíveis e peças;
- V. os sub-projetos e sub-atividades em execução em 2019, financiados com recursos externos e contrapartida;
- VI. o Sistema Nacional de Educação e respectivas obras;
- VII. pagamento das despesas correntes relativas a operacionalização do Sistema Único de Saúde; e,
- VIII. manutenção de serviços anteriormente criados e em pleno funcionamento.

Art. 44. Ao Projeto de Lei Orçamentária não poderão ser apresentadas emendas que:

I - anulem valor de dotações orçamentárias do grupo de natureza de despesa 31 – Pessoal e Encargos Sociais, exceto quando suplementado para o próprio grupo de despesa;

II - anulem as dotações orçamentárias que estejam previstas na Modalidade de Aplicação 91 – Aplicação Direta Decorrente de Operações entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal e do Orçamento da Seguridade Social.

Art. 45 - O Poder Executivo publicará, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis da data de publicação da lei orçamentária anual, os quadros de detalhamento da despesa, por órgão e unidade orçamentária integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social, a categoria econômica, o grupo de despesa, a modalidade de aplicação por elemento de despesa;

§ 1º - É vedado aos responsáveis pelas contas de gestão, empenhar despesa acima das disponibilidades financeiras mensais do respectivo órgão, suprimindo atender, rigorosamente, a ordem cronológica dos pagamentos segundo a liquidação da despesa e restituir à Fazenda Municipal os saldos financeiros por acaso existentes, até o ato do encerramento do expediente do dia 31 (trinta e um) de dezembro de 2020.

§ 2º - O pagamento da despesa pública será efetuado pelo seu valor bruto, devendo o responsável por ele, descontar na fonte e recolher a Fazenda Municipal até o encerramento do expediente bancário e, em moeda corrente do país, as receitas dele geradas, utilizando para o competente recolhimento o Documento de Arrecadação Municipal – DAM, o qual somente terá validade quando das contas autenticadas pelo agente bancário, ou ainda, através de depósito bancário na conta da fazenda municipal e talão de receita.

Art. 46 - Conterá do Sistema de CONTABILIDADE, em meio magnético, os bancos de dados da Lei Orçamentária para fins de Registro das contas de gestão e emissão de relatórios sintéticos e analíticos.



PREFEITURA DE Caririáçu

§ 1º - Os relatórios de que trata o caput deste artigo conterão a execução mensal dos orçamentos fiscal e da seguridade social, classificada segundo:

- I. grupo de receita;
- II. grupo de despesa;
- III. fonte;
- IV. órgão;
- V. unidade orçamentária;
- VI. função;
- VII. subfunção;
- VIII. programa; e,
- IX. detalhamento por elemento da natureza da despesa.

§ 2º - Integrará o conjunto de relatórios, a movimentação da execução orçamentária, financeira e patrimonial, discriminado para cada um dos níveis referidos no parágrafo anterior:

- I. o valor constante da Lei Orçamentária Anual;
- II. o valor orçado, considerando-se Lei Orçamentária Anual e os créditos adicionais aprovados;
- III. valor previsto da receita;
- IV. valor arrecadado da receita;
- V. valor empenhado no mês;
- VI. o valor empenhado até o mês;
- VII. o valor pago no mês;
- VIII. o valor pago até o mês;
- IX. o controle das contas bancárias;
- X. a contabilidade sintética pelo método das partidas dobradas;
- XI. a contabilidade analítica por conta; e,
- XII. a movimentação patrimonial.

§ 3º - O relatório de execução orçamentária não conterá duplicidade, eliminando-se os valores correspondentes às transferências intragovernamentais.

§ 4º - O relatório discriminará as despesas com pessoal e encargos sociais, de modo a evidenciar os quantitativos despendidos com os vencimentos de vantagens, encargos com pensionistas e inativos e encargos sociais.

§ 5º - Além da parte relativa à despesa, o relatório de que trata o caput deste artigo conterá demonstrativo de execução da receita, de acordo com a classificação constante do anexo II da Lei n.º 4.320/64, incluindo o valor estimado e o arrecadado



PREFEITURA DE Caririáçu

no mês, e acumulado no exercício, bem como informações sobre eventuais reestimativas.

Art. 47 - O setor competente, após a publicação da Lei Orçamentária Anual, divulgará, para efeito das Contas de Gestão, fundos e entidades que integram os orçamentos, o seguinte:

- I. fontes de recursos para atender aos programas de trabalho;
- II. quadros demonstrativos da especificação dos programas de trabalhos;
- III. quadros demonstrativos da natureza de despesa, detalhada no mínimo por elemento;
- IV. quadro dos valores das cotas trimestrais;
- V. quadro do cronograma de desembolso financeiro.

Parágrafo Único – A Fazenda Municipal, durante a execução orçamentária, apresentará às gestões administrativas, até o 5º (quinto) dia útil de cada mês vincendo, o mínimo de recurso financeiro disponível para o atendimento das respectivas despesas.

Art. 48 - O Poder Executivo utilizará o sistema eletrônico de processamento de dados em meio magnético rígido e/ou flexível para escrituração e apresentação de matéria contábil relativa a execução orçamentária, financeira e patrimonial, inclusive para fazer prova junto aos órgãos de fiscalização com relação a sua obrigação mensal e/ou anual de prestar contas e procedendo as movimentações contábeis, registros dos seus controles internos e o reforço orçamentário às dotações até seu respectivo montante, utilizando o sistema eletrônico computadorizado.

Parágrafo único - O Poder Executivo informatizará em modo multiusuário os sistemas computadorizados dos controles internos.

Art. 49 - O Município consignará na sua Proposta de Lei Orçamentária Anual – LOA, crédito orçamentário para atender as despesas com a participação em consórcios públicos, para a realização de objetivos de interesse comum, visando o bem estar dos seus munícipes.

Art. 50 - O consórcio público constituirá associação pública ou pessoa jurídica de direito privado, regido pela Lei nº 11.107, de 06 de abril de 2009, constituído mediante contrato entre os consorciados.

Art. 51 – Aplica-se a esta Lei as demais disposições da Lei nº. 4.320/64 e LEI COMPLEMENTAR Nº.101/2000, no que concerne a esfera municipal.



PREFEITURA DE
Caririáçu

Art. 52 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 53 – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço da Prefeitura Municipal de Caririáçu/CE, em 12 de Abril de 2019.

José Edmilson Leite Barbosa
José Edmilson Leite Barbosa
Prefeito Municipal de Caririáçu

ESTADO DO CEARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE CARIRIAÇU

PROTOKOLO Nº 014/2019

ASSUNTO: Projeto de Lei nº 051/19,
dispost sobre as diretrizes para
a elaboração da Lei Orgânica
na posse o exercício do mandato
de 2020 e de seus sucessores

RECEBIDO EM: 15/04/2019

RESPONSÁVEL -

ESTADO DO CEARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE CARIRIAÇU

PROJETO LEI Nº _____

RESULTADO DA VOTAÇÃO:

FAVOR = _____

CONTRA = _____

ABSTENÇÃO = _____

APROVADO () DESAPROVADO ()

Presidente de Junta Com. P.
PRESIDENTE

VOTOS A FAVOR:

Antônio José Vieira Aguiar

Francisco Brito de Lima

Francisco Brito de Lima

Francisco Brito de Lima

Francisco Brito de Lima

Francisco Brito de Lima

Francisco Brito de Lima

Francisco Brito de Lima

Francisco Brito de Lima

Francisco Brito de Lima

Presidente de Junta Com. P.

**TOTAL DAS RECEITAS
2020**

ESPECIFICAÇÕES	Realizadas		Estimadas					R\$ 1,00
	2018	2018	2018	2019	2020	2021	2022	
	RECEITAS CORRENTES	66.374.475,49	61.354.619,00	72.490.500,00	79.920.776,25	76.115.025,00	79.920.776,25	
Receita Tributária	1.660.231,65	1.602.000,00	1.447.000,00	1.519.350,00	1.519.350,00	1.595.317,50	1.675.083,38	
Impostos	1.564.580,24	1.504.000,00	1.283.000,00	1.347.150,00	1.347.150,00	1.414.507,50	1.485.232,88	
Taxas	95.651,41	98.000,00	164.000,00	172.200,00	172.200,00	130.810,00	189.850,50	
Receita de Contribuições	3.299.275,75	1.781.000,00	3.930.000,00	4.126.500,00	4.126.500,00	4.332.825,00	4.549.466,25	
Contribuições Sociais	2.561.107,33	1.781.000,00	3.280.000,00	3.444.000,00	3.444.000,00	3.616.200,00	3.797.010,00	
Contribuições Econômicas	738.168,42	-	650.000,00	682.500,00	682.500,00	716.625,00	752.456,25	
Receita Patrimonial	1.168.994,59	1.567.214,00	1.001.000,00	1.051.050,00	1.051.050,00	1.103.602,50	1.168.782,63	
Aplicações Financeiras	1.152.787,78	1.530.714,00	977.000,00	1.025.850,00	1.025.850,00	1.077.142,50	1.130.999,63	
Outras Receitas Patrimoniais	16.206,81	36.500,00	24.000,00	25.200,00	25.200,00	26.460,00	27.783,00	
Receita de Serviços	1.073.567,05	1.084.000,00	1.021.000,00	1.072.050,00	1.072.050,00	1.125.652,50	1.181.935,13	
Transferências Correntes	58.968.997,49	55.100.405,00	65.024.500,00	68.275.725,00	68.275.725,00	71.639.511,25	75.273.986,81	
Transferências da União	34.101.257,00	30.870.405,00	43.214.500,00	45.375.225,00	45.375.225,00	47.643.986,25	50.026.185,56	
Transferências dos Estados	4.984.350,18	4.840.000,00	5.260.000,00	5.523.000,00	5.523.000,00	5.799.150,00	6.089.107,50	
Transferências dos Municípios	-	-	-	-	-	-	-	
Transferências Multigovernamentais	18.556.255,37	18.922.000,00	16.000.000,00	16.800.000,00	16.800.000,00	17.640.000,00	18.522.000,00	
Transferências do Exterior	-	-	-	-	-	-	-	
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-	-	-	-	
Transferências de Convênios	1.327.134,94	468.000,00	550.000,00	577.500,00	577.500,00	606.375,00	636.693,75	
Outras Receitas Correntes	203.408,96	220.000,00	67.000,00	70.350,00	70.350,00	73.867,50	77.560,88	
Multas e Juros de Mora	21.546,12	32.000,00	24.000,00	25.200,00	25.200,00	26.460,00	27.783,00	
Indenizações e Restituições	49.379,26	176.000,00	22.000,00	23.100,00	23.100,00	24.255,00	25.467,75	
Receita da Dívida Ativa	764,66	-	2.000,00	2.100,00	2.100,00	2.205,00	2.315,25	
Receitas Diversas	131.718,92	12.000,00	19.000,00	19.950,00	19.950,00	20.947,50	21.994,88	
RECEITAS DE CAPITAL	2.125.732,34	3.974.134,00	2.231.938,00	2.343.534,90	2.343.534,90	2.450.711,65	2.583.747,23	
Operações de crédito	-	-	-	-	-	-	-	
Amortização de empréstimos	-	-	-	-	-	-	-	
Alienações de Bens	-	20.000,00	20.000,00	21.000,00	21.000,00	22.050,00	23.152,50	
Transferência de Capital	1.852.571,88	3.520.000,00	1.734.938,00	1.821.684,90	1.821.684,90	1.912.769,15	2.008.407,60	
Transferência de Convênio	1.852.571,88	3.520.000,00	1.734.938,00	1.821.684,90	1.821.684,90	1.912.769,15	2.008.407,60	
Outras Receitas de Capital	273.160,46	434.134,00	477.000,00	500.850,00	500.850,00	525.892,50	552.187,13	
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	786.119,03	2.146.000,00	2.302.442,00	2.417.564,10	2.417.564,10	2.538.442,31	2.665.364,42	
Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	786.119,03	2.146.000,00	2.302.442,00	2.417.564,10	2.417.564,10	2.538.442,31	2.665.364,42	
DEDUÇÕES	4.944.200,09	5.246.500,00	5.782.800,00	6.071.940,00	6.071.940,00	6.375.537,00	6.694.313,85	
Deduções da Receita p/ Formação do FUNDEB	4.944.200,09	5.246.500,00	5.782.800,00	6.071.940,00	6.071.940,00	6.375.537,00	6.694.313,85	
TOTAL	64.342.126,77	62.228.253,00	71.242.080,00	74.804.184,00	74.804.184,00	78.544.393,20	82.471.612,86	

**TOTAL DE DESPESAS
2020**

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESA	Realizadas		Previsão				R\$ 1,00
	2018	2018	2019	2020	2021	2022	
DESPESAS CORRENTES (I)	54.131.134,82	50.043.801,52	58.681.158,01	61.615.215,91	64.695.976,70	67.930.775,54	
Pessoal e Encargos Sociais	33.897.784,19	30.121.025,67	35.161.528,00	36.919.604,40	38.765.584,62	40.703.863,86	
Juros e Encargos da Dívida	-	10.000,00	26.500,00	27.825,00	29.216,25	30.677,06	
Outras Despesas Correntes	20.233.350,63	19.912.775,85	23.493.130,00	24.667.786,50	25.901.175,83	27.196.234,62	
DESPESAS DE CAPITAL (II)	7.015.733,11	8.600.408,95	10.020.680,00	10.521.714,00	11.047.799,70	11.600.189,68	
Investimentos	5.128.750,04	7.732.063,95	8.568.763,00	8.997.201,15	9.447.061,20	9.919.414,26	
Inversões Financeiras	-	11.100,00	4.150,00	4.357,50	4.575,38	4.804,14	
Amortização Financeira	1.886.983,07	857.245,00	1.447.767,00	1.520.155,35	1.596.163,12	1.675.971,27	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		3.584.042,53	2.540.242,00	2.667.254,10	2.800.616,80	2.940.647,64	
TOTAL	61.146.867,93	62.228.253,00	71.242.080,00	74.804.184,00	78.544.393,20	82.471.612,86	

ml

MEIAS FISCAIS - RESULTADO PRIMÁRIO

2020

ESPECIFICAÇÕES	Realizadas						
	2018	2018	2019	2020	2021	2022	
RECEITAS CORRENTES (I)	61.430.275	56.108.119	66.707.700	70.043.085	73.545.239	77.222.501	
Receita Tributária	1.660.232	1.602.000	1.447.000	1.519.350	1.595.318	1.675.083	
Receita de Contribuição	3.299.276	1.781.000	3.930.000	4.126.500	4.332.825	4.549.466	
Receita Patrimonial	1.168.995	1.567.214	1.001.000	1.051.050	1.103.603	1.158.783	
Aplicações Financeiras (II)	1.152.788	1.530.714	977.000	1.025.850	1.077.143	1.131.000	
Outras Receitas Patrimoniais	16.207	36.500	24.000	25.200	26.460	27.783	
Receita de Serviços	1.073.567	1.084.000	1.021.000	1.072.050	1.125.653	1.181.935	
Transferências Correntes	58.968.997	55.100.405	65.024.500	68.275.725	71.689.511	75.273.987	
Demais Receitas Correntes	203.409	220.000	67.000	70.350	73.868	77.561	
Deduções de Receitas p/ Formação do FUNDEF	4.944.200	5.246.500	5.782.800	6.071.940	6.375.537	6.694.314	
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I - II)	60.277.488	54.577.405	65.730.700	69.017.235	72.468.097	76.091.502	
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	2.125.732	3.974.134	2.231.938	2.343.535	2.460.712	2.583.747	
Operações de Crédito (V)	-	-	-	-	-	-	
Amortização de Empréstimos (VI)	-	-	-	-	-	-	
Alienação de Ativos (VII)	-	20.000	20.000	21.000	22.050	23.153	
Transferência de Capital	1.852.572	3.520.000	1.734.938	1.821.685	1.912.769	2.008.408	
Outras Receitas de Capital	273.160	434.134	477.000	500.850	525.893	552.187	
RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VIII) = (IV-V-VI-VII)	2.125.732	3.954.134	2.211.938	2.322.535	2.438.662	2.560.595	
RECEITAS NÃO-FINANÇEIRAS (OU RECEITAS FISCAIS LÍQUIDAS) (IX) = (III + VIII)	62.403.220	58.531.539	67.942.638	71.339.770	74.906.758	78.652.096	
DESPESAS CORRENTES (X)	54.131.135	50.043.802	58.681.153	61.615.216	64.695.977	67.930.776	
Pessoal e Encargos Sociais	33.897.784	30.121.026	35.161.528	36.919.604	38.765.585	40.703.864	
Juros e Encargos da Dívida (XI)	-	10.000	26.500	27.825	29.216	30.677	
Outras Despesas Correntes	20.233.351	19.912.776	23.493.130	24.667.787	25.901.176	27.196.235	
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII) = (X - XI)	54.131.135	50.033.802	58.654.653	61.587.391	64.666.760	67.900.098	
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	7.015.733	8.600.409	10.020.680	10.521.714	11.047.800	11.600.190	
Investimentos	5.128.750	7.732.064	8.568.763	8.997.201	9.447.061	9.919.414	
Inversões Financeiras	-	11.100	4.150	4.358	4.575	4.804	
Amortização da Dívida (XIV)	1.886.983	857.245	1.447.767	1.520.155	1.596.163	1.675.971	
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV) = (XIII - XIV)	5.128.750	7.743.164	8.572.913	9.001.559	9.451.637	9.924.218	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	-	3.584.043	2.540.242	2.541.512	2.542.783	2.544.054	
DESPESAS NÃO-FINANÇEIRAS (OU DESPESAS FISCAIS LÍQUIDAS) (XVII) = (XII + XV + XVI)	59.259.885	61.361.008	69.767.813	73.130.462	76.561.180	80.368.371	
RESULTADO PRIMÁRIO (IX - XVII)	3.143.335	-2.829.469	-1.825.175	-1.790.692	-1.754.422	-1.716.275	

mm

METAS FISCAIS - RESULTADO NOMINAL
2020

ESPECIFICAÇÃO	2018	2019	2020	2021	2022
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	25.768.164,95	27.056.573,20	28.409.401,86	29.829.871,95	31.321.365,55
DEDUÇÕES (II)	(5.083.182,87)	(5.337.342,01)	(5.604.209,11)	(5.884.419,57)	(6.178.640,55)
Ativo Disponível	4.363.284,81	4.581.449,05	4.810.521,50	5.051.047,58	5.303.599,96
Haveres Financeiros	17,59	18,47	19,39	20,36	21,38
(-) Obrigações Financeiras	9.446.485,27	9.918.809,53	10.414.750,01	10.935.487,51	11.482.261,89
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	30.851.347,82	32.393.915,21	34.013.610,97	35.714.291,52	37.500.006,10
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	-	-	-	-	-
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	3.622.580,60	3.803.709,63	3.993.895,11	4.193.589,87	4.403.269,36
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III + IV - V)	27.228.767,22	28.590.205,58	30.019.715,86	31.520.701,65	33.096.736,74
RESULTADO NOMINAL	2.774.276,37	1.361.438,36	1.429.510,28	1.500.985,79	1.576.035,08

Valor da Dívida Consolidada Líquida em 2017: 24.454.490,85

**META FISCAL - MONTANTE DA DÍVIDA
2020**

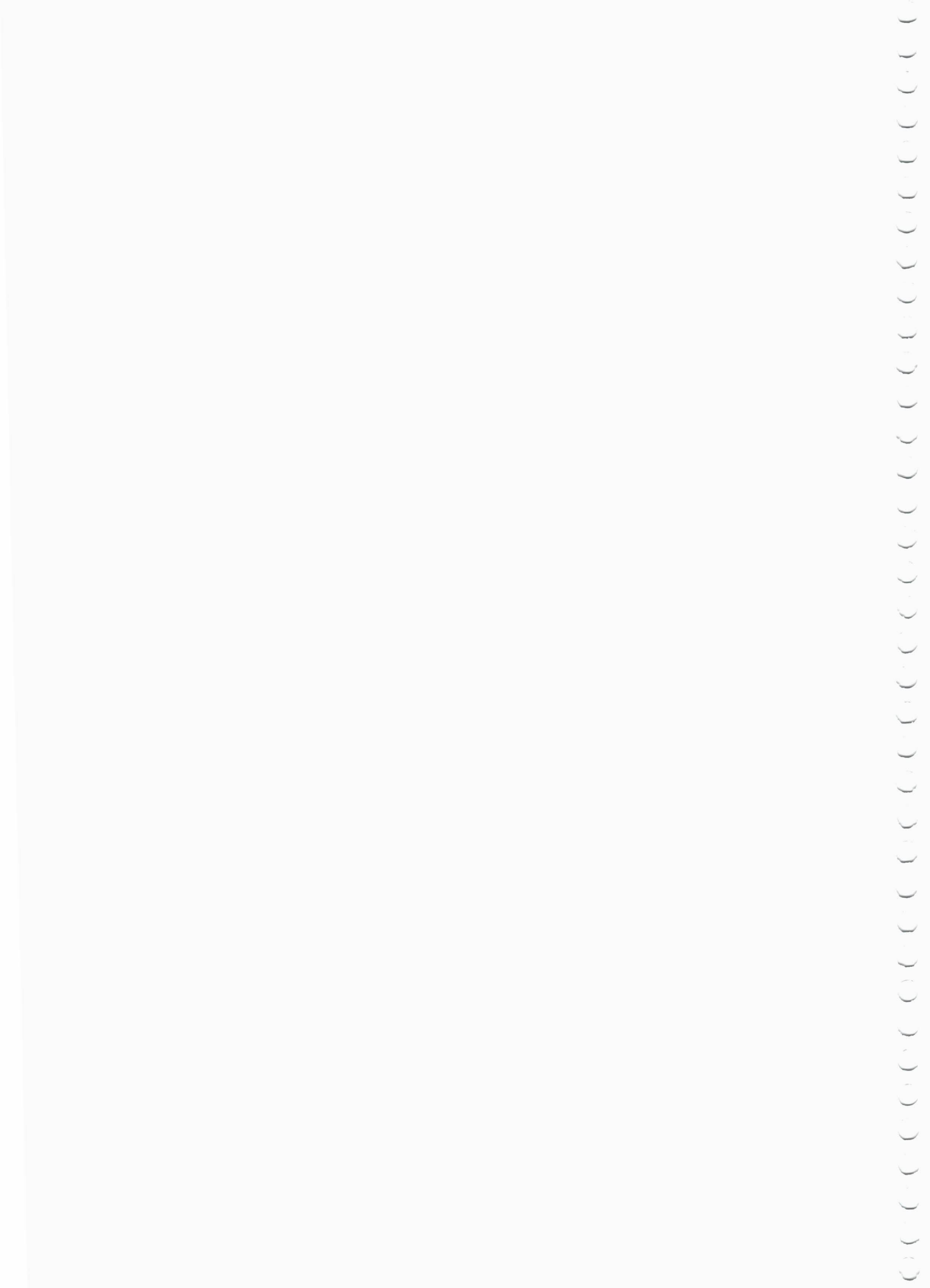
ESPECIFICAÇÃO	2018	2019	2020	2021	2022
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	25.768.164,95	27.056.573,20	28.409.401,86	29.829.871,95	31.321.365,55
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	25.768.164,95	27.056.573,20	28.409.401,86	29.829.871,95	31.321.365,55
DEDUÇÕES (II)	(5.083.182,87)	(5.337.342,01)	(5.604.209,11)	(5.884.419,57)	(6.178.640,55)
Ativo Disponível	4.363.284,31	4.581.449,05	4.810.521,50	5.051.047,58	5.303.599,96
Haveres Financeiros	17,59	18,47	19,39	20,36	21,38
(-) Restos a Pagar Proc.	9.446.485,27	9.918.809,53	10.414.750,01	10.935.437,51	11.482.261,89
DCL (III) = (I - II)	30.851.347,82	32.393.915,21	34.013.610,97	35.714.291,52	37.500.006,10

mf

**METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2020**

ESPECIFICAÇÃO	I - Metas Previstas em 2018	II - Metas Realizadas em 2018
I - Receita Total	65.328.753,00	68.500.207,83
II - Receitas Não-Financeiras	58.531.539,00	62.403.219,96
III - Despesas Total	62.228.253,00	61.146.867,93
IV - Despesas Não-Financeiras	61.361.008,00	59.259.884,86
V - Resultado Primário (II - IV)	(2.829.469,00)	3.143.335,10
VI - Resultado Nominal	2.774.276,37	2.774.276,37
VII - Dívida Pública Consolidada	25.768.164,95	25.768.164,95
VIII - Dívida Consolidada Líquida	27.228.767,22	27.228.767,22
VALOR DO PIB ESTADUAL	152.090.718.795,58	

lu



**METAS FISCAIS DOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2020**

ESPECIFICAÇÃO	Corrente				
	2017	2018	2019	2020	2021
Receita Total	68.500.207,83	65.328.753,00	74.722.438,00	78.458.559,90	82.381.487,90
Receitas Não-Financeiras (I)	62.403.219,96	58.531.539,00	67.942.638,00	71.339.769,90	74.906.758,40
Despesas Total	61.146.867,93	62.228.253,00	71.242.080,00	74.678.442,02	78.286.559,27
Despesas Não-Financeiras (II)	59.259.884,86	61.361.008,00	69.767.813,00	73.130.461,67	76.661.179,90
Resultado Primário (I - II)	3.143.335,10	(2.829.469,00)	(1.825.175,00)	(1.790.691,77)	(1.754.421,51)
Resultado Nominal	2.774.276,37	2.774.276,37	1.361.438,36	1.429.510,28	1.500.985,79
Dívida Pública Consolidada	25.768.164,95	25.768.164,95	27.056.573,20	28.409.401,86	29.829.871,95
Dívida Consolidada Líquida	27.228.767,22	27.228.767,22	28.590.205,58	30.019.715,86	31.520.701,65

ESPECIFICAÇÃO	Constante				
	2017	2018	2019	2020	2021
Receita Total	68.500.207,83	68.500.207,83	70.239.091,72	70.506.000,27	71.070.048,27
Receitas Não-Financeiras (I)	62.403.219,96	62.403.219,96	63.866.079,72	64.108.770,82	64.621.640,99
Despesas Total	61.146.867,93	61.146.867,93	66.967.555,20	67.109.035,14	67.537.376,28
Despesas Não-Financeiras (II)	59.259.884,86	59.259.884,86	65.581.744,22	65.717.958,08	66.135.170,60
Resultado Primário (I - II)	3.143.335,10	3.143.335,10	(1.715.664,50)	(1.609.187,25)	(1.513.529,61)
Resultado Nominal	2.774.276,37	2.774.276,37	1.279.752,06	1.284.615,12	1.294.892,04
Dívida Pública Consolidada	25.768.164,95	25.768.164,95	25.433.178,81	25.529.824,89	25.734.063,48
Dívida Consolidada Líquida	27.228.767,22	27.228.767,22	26.874.793,25	26.976.917,46	27.192.732,80

my

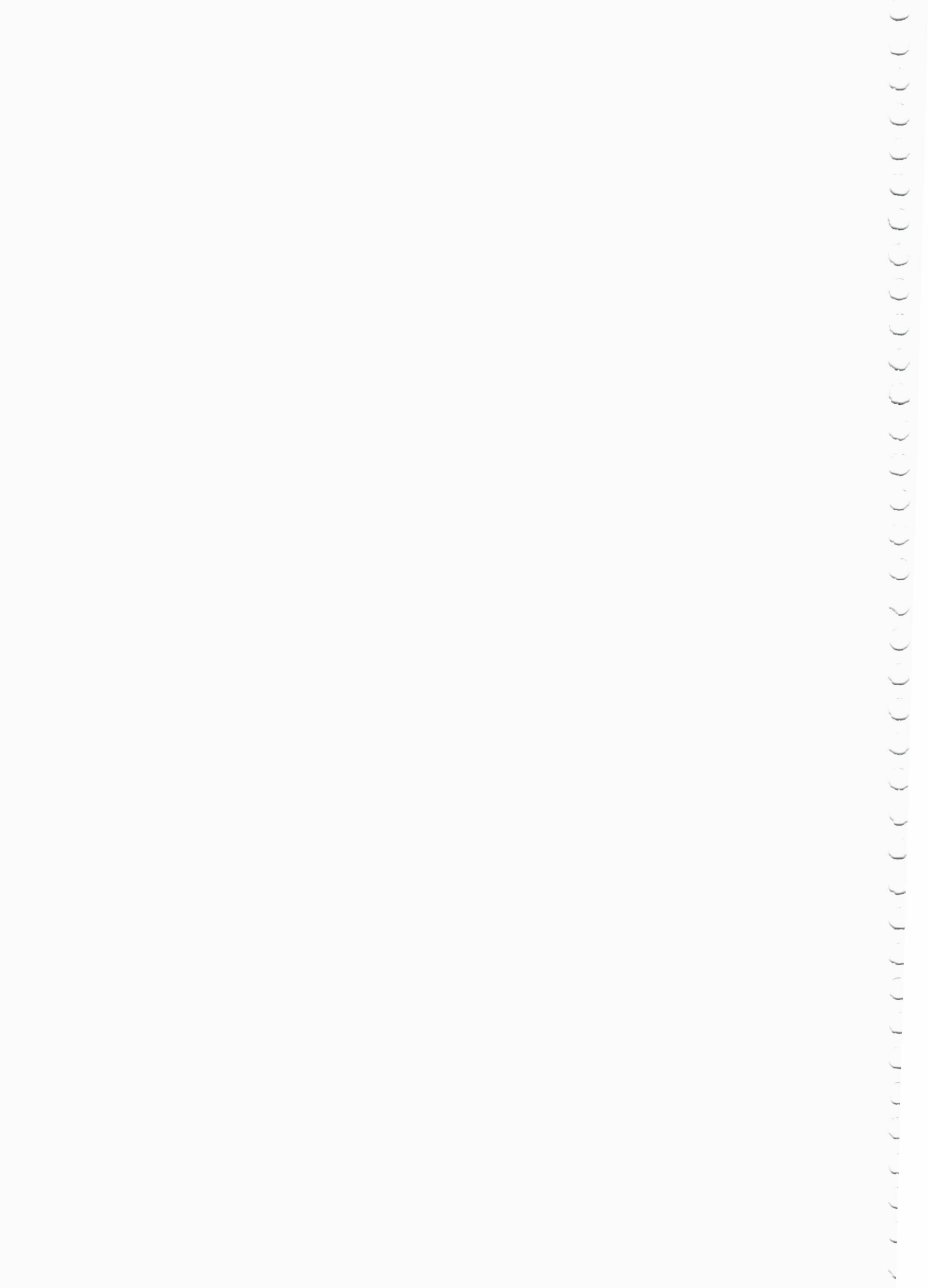
**EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2020**

PATRIMONIO LIQUIDO	2018	2017	2016
Patrimônio/Capital	(4.640.590,54)	5.177.655,00	(12.239.956,72)
Reservas	-	-	-
Resultado Acumulado	-	-	-

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMONIO LIQUIDO	2018	2017	2016
Patrimônio/Capital	-	-	-
Reservas	-	-	-
Resultado Acumulado	-	-	-

MW



**ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS
OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2020**

RECEITAS REALIZADAS	2018	2017	2016
RECEITA DE CAPITAL			
Receita de Alienação de Ativos	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-
DESPESAS LIQUIDADAS	2018	2017	2016
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
Investimentos	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização/Refinanciamento da Dívida	-	-	-
DESPESAS FINANCEIRAS DO RPPS	-	-	-

pef

**RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS
2020**

RECEITAS REALIZADAS	2016	2017	2018
RECEITAS CONCORRENTES	1.804.527,40	2.657.482,79	3.495.988,18
Receita de Contribuições	817.626,64	1.621.895,30	2.561.107,33
Pessoal Civil	817.626,64	1.621.895,30	2.561.107,33
Pessoal Militar	-	-	-
Outras Contribuições Previdenciárias	-	-	-
Compensação Previdenciária entre RGPS e RPPS	-	-	-
Receita Patrimonial	977.093,24	1.030.178,45	934.880,85
Outras receitas Correntes	9.807,52	5.409,04	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS RECEBIDOS PELO RPPS	6.771,88	1.316.535,46	786.119,03
Contribuição Patronal do Exercício	6.771,88	1.316.535,46	786.119,03
Pessoal Civil	6.771,88	1.316.535,46	786.119,03
Pessoal Militar	-	-	-
Contribuição Patronal do Exercícios Anteriores	-	-	-
Pessoal Civil	-	-	-
Pessoal Militar	-	-	-
REPASSES PREVID. PARA COBERTURA DE DÉFICIT	-	-	-
OUTROS APORTES AO RPPS	398.253,48	320.840,24	-

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	2016	2017	2018
ADMINISTRAÇÃO GERAL	402.743,09	1.456.598,66	491.620,41
Despesas Correntes	395.202,14	1.456.598,66	485.940,41
Despesas de Capital	7.540,95	-	5.680,00
REVIDÊNCIA SOCIAL	495.082,64	1.030.653,21	1.374.300,15
Pessoal Civil	495.082,64	1.030.653,21	1.374.300,15
Pessoal Militar	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-
Compensação Previd. de aposent. RPPS e RGPS	-	-	-
Compensação Previd. de Pensão entre RPPS e RGPS	-	-	-
RESERVA DO RPPS	3.938.700,56	3.958.235,09	3.290.530,20
DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS DO RPPS	7.818.236,41	10.544.871,36	13.082.367,81

MU

**MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS
OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2020**

EVENTO	VALOR PREVISTO 2020
Aumento Permanente da Receita	-
(-) Aumento Referente a Transferência Constitucionais	-
(-) Aumento Referente a Transferência do FUNDEF	-
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	-
Redução Permanente de Despesa (II)	620.131,91
Margem Bruta (III) = (I + II)	620.131,91
Saldo Utilizado (IV)	-
Impacto de Novas DOCC	-
Margem Líquida de Expansão de DOCC (III - IV)	620.131,91

mm

**ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2020**

SETOR/PROGRAMA/BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DA RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
	Tributo/Contribuição	2020	2021	

my

Prefeitura Municipal de Caririáçu
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
I - METAS ANUAIS
2020

ESPECIFICAÇÃO	2020				2021				2022			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (b) = (a / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (d) = (c / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (d) = (c / PIB) x 100			
Receita Total	74.804.184,00	70.506.000,27	0,04	78.544.393,20	71.070.048,27	0,04	86.500.562,29	71.638.608,66	0,04			
Receitas Primárias (I)	71.339.769,90	64.108.770,82	0,04	74.906.758,40	64.521.640,99	0,04	78.652.096,31	65.138.614,12	0,04			
Despesa Total	74.804.184,00	67.109.035,14	0,04	78.544.393,20	67.537.376,28	0,04	82.075.019,48	67.973.433,30	0,04			
Despesas Primárias (II)	73.130.461,67	65.717.958,08	0,04	76.661.179,90	66.135.170,60	0,04	80.368.371,15	66.560.009,98	0,04			
Resultado Primário (I - II)	(1.790.691,77)	(1.609.187,25)	(0,00)	(1.754.421,51)	(1.513.529,61)	(0,00)	(1.716.274,83)	(1.421.395,86)	(0,00)			
Resultado Nominal	1.429.510,28	1.284.615,12	0,00	1.500.985,79	1.294.892,04	0,00	1.576.035,08	1.305.251,17	0,00			
Dívida Pública Consolidada	28.409.401,86	25.529.824,89	0,02	29.829.871,95	25.734.063,48	0,02	31.321.365,55	25.939.935,99	0,01			
Dívida Consolidada Líquida	34.013.610,97	26.976.917,46	0,02	35.714.291,52	27.192.732,80	0,02	33.096.736,74	27.410.274,66	0,02			

LRF, art 4º, § 1º

R\$ 1,00

Fonte: IPEADATA / IPECE-CE / Relatórios da LRF

Prefeitura Municipal de Carriáçu
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

II - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

2020

LRF, art 4º, § 2º, inciso I

ESPECIFICAÇÃO	I - Metas Previstas em 2018	% PIB	II - Metas Realizadas em 2018	% PIB	Variação (II - I)		R\$ 1,00
					Valor	%	
I - Receita Total	65.328.753,00	0,04	68.500.207,83	0,05	3.171.454,83	0,00	
II - Receitas Primárias (I)	58.531.539,00	0,04	62.403.219,96	0,04	3.871.680,96	0,00	
III - Despesa Total	62.228.253,00	0,04	61.146.867,93	0,04	(1.081.385,07)	(0,00)	
IV - Despesas Primárias (II)	61.361.008,00	0,04	59.259.884,86	0,04	(2.101.123,14)	(0,00)	
V - Resultado Primário (I - II)	(2.829.469,00)	(0,00)	3.143.335,10	0,00	5.972.804,10	0,00	
VI - Resultado Nominal	2.774.276,37	0,00	2.774.276,37	0,00	-	-	
VII - Dívida Pública Consolidada	25.768.164,95	0,02	25.768.164,95	0,02	-	-	
VIII - Dívida Consolidada Líquida	27.228.767,22	0,02	27.228.767,22	0,02	-	-	

Fonte: IPEADATA / IPECE- CE / Relatórios da LRF

Prefeitura Municipal de Caririáçu
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
2020

III - METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NO TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

LRf, art.4º, § 2º, inciso II

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES									
	2018	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%	
Receita Total	65.328.753,00	74.722.438,00	14,38	78.458.559,90	5,00	82.381.487,90	5,00	86.500.562,29	5,00	
Receitas Primárias (I)	58.531.539,00	67.942.638,00	16,08	71.339.769,90	5,00	74.906.758,40	5,00	78.652.096,31	5,00	
Despesa Total	62.228.253,00	71.242.080,00	14,49	74.678.442,02	4,82	78.286.559,27	4,83	82.075.019,48	4,84	
Despesas Primárias: (II)	61.361.008,00	69.767.813,00	13,70	73.130.461,67	4,82	76.661.179,90	4,83	80.368.371,15	4,84	
Resultado Primário (I - II)	(2.829.469,00)	(1.825.175,00)	(35,49)	(1.790.691,77)	(1,89)	(1.754.421,51)	(2,03)	(1.716.274,83)	(2,17)	
Resultado Nominal	2.774.276,37	1.361.438,36	(50,93)	1.429.510,23	5,00	1.500.985,79	5,00	1.576.035,08	5,00	
Dívida Pública Consolidada	25.768.164,95	27.056.573,20	5,00	28.409.401,85	5,00	29.829.371,95	5,00	31.321.365,55	5,00	
Dívida Consolidada Líquida	27.228.767,22	28.590.205,58	5,00	30.019.715,85	5,00	31.520.701,65	5,00	33.096.736,74	5,00	

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES									
	2018	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%	
Receita Total	68.500.207,83	70.239.091,72	2,54	70.506.000,27	0,38	71.070.048,27	0,80	71.638.608,66	0,80	
Receitas Primárias (I)	62.403.219,96	63.866.079,72	2,34	64.108.770,82	0,38	64.621.940,99	0,80	65.138.614,12	0,80	
Despesas Total	61.146.867,93	66.967.555,20	9,52	67.109.035,14	0,21	67.537.376,28	0,64	67.973.433,30	0,65	
Despesas Primárias: (II)	59.259.884,86	65.581.744,22	10,67	65.717.958,08	0,21	66.135.170,60	0,63	66.560.009,98	0,64	
Resultado Primário (I - II)	3.143.335,10	(1.715.664,50)	(154,58)	(1.609.187,25)	(6,21)	(1.513.529,61)	(5,94)	(1.421.395,66)	(6,09)	
Resultado Nominal	2.774.276,37	1.279.752,06	(53,87)	1.284.615,12	0,38	1.294.992,04	0,80	1.305.251,17	0,80	
Dívida Pública Consolidada	25.768.164,95	25.433.178,81	(1,30)	25.529.824,89	0,38	25.734.063,48	0,80	25.939.935,99	0,80	
Dívida Consolidada Líquida	27.228.767,22	26.874.793,25	(1,30)	26.976.917,46	0,38	27.192.732,80	0,80	27.410.274,66	0,80	

Fonte: IPEADATA / IPECE-CE / Relatórios da Prefeitura

Prefeitura Municipal de Caririãçu
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
IV - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2020

LRF, art 4º, § 2º, inciso III

	2018	%	2017	%	2016	%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Patrimônio/Capital	(4.640.590,54)	100,00	5.177.655,00	100,00	(12.239.955,72)	100,00
Reservas	-	-	-	-	-	-
Resultado Acumulado	-	-	-	-	-	-
TOTAL	(4.640.590,54)	100,00	5.177.655,00	100,00	(12.239.955,72)	100,00

R\$ 1,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

	2018	%	2017	%	2016	%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Patrimônio/Capital	-	-	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-	-	-
Resultado Acumulado	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-

Fonte: IPEADATA / IPECE - CE / Relatórios da LRF da Prefeitura

Prefeitura Municipal de Caririáçu
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
V - ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

2020

LRF, art 4º, § 2º, Inciso III	R\$ 1,00		
RECEITAS REALIZADAS	2016	2017	2018
RECEITA DE CAPITAL			
Receita de Alienação de Ativos	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-
TOTAL (I)	-	-	-
DESPESAS LIQUIDADAS			
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
Investimentos	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização/Refinanciamento da Dívida	-	-	-
DESPESAS FINANCEIRAS DO RPPS	-	-	-
TOTAL (II)	-	-	-
SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (III) = (I - II)	-	-	-

Fonte: IPEADATA / IPECE - CE ; Relatórios da LRF da Prefeitura

Prefeitura Municipal de Caririaçu
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
VI - RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS
2020

LRF, art 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a"

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2016	2017	2018
RECEITAS CONCORRENTES (I)	1.804.527,40	2.657.482,79	3.495.988,18
Receita de Contribuições	817.626,64	1.621.895,30	2.561.107,33
Pessoal Civil	817.626,64	1.621.895,30	2.561.107,33
Pessoal Militar	-	-	-
Outras Contribuições Previdenciárias	-	-	-
Compensação Previdenciária entre RGPS e RPPS	-	-	-
Receita Patrimonial	977.093,24	1.030.178,45	934.880,85
Outras receitas Correntes	9.807,52	5.409,04	-
RECEITAS DE CAPITAL (II)	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS RECEBIDOS PELO RPPS (III)	6.771,88	1.316.535,46	786.119,03
Contribuição Patronal do Exercício	6.771,88	1.316.535,46	786.119,03
Pessoal Civil	6.771,88	1.316.535,46	786.119,03
Pessoal Militar	-	-	-
Contribuição Patronal do Exercícios Anteriores	-	-	-
Pessoal Civil	-	-	-
Pessoal Militar	-	-	-
REPASSES PREVID. PARA COBERTURA DE DÉFICIT (IV)	-	-	-
OUTROS APORTES AO RPPS (V)	398.253,48	320.840,24	-
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (I + II + III + IV + V)	2.209.552,76	4.294.858,49	4.282.107,21
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS			
ADMINISTRAÇÃO GERAL (VII)	402.743,09	1.456.598,66	491.620,41
Despesas Correntes	395.202,14	1.456.598,66	485.940,41
Despesas de Capital	7.540,95	-	5.680,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL (VIII)	495.082,64	1.030.653,21	1.374.300,15
Pessoal Civil	495.082,64	1.030.653,21	1.374.300,15
Pessoal Militar	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-
Compensação Previd. de aposent. RPPS e RGPS	-	-	-
Compensação Previd. de Pensão entre RPPS e RGPS	-	-	-
RESERVA DO RPPS (IX)	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (X) = (VII + VIII + IX)	3.938.700,56	3.958.235,09	3.290.530,20
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XI) = (VI - X)	4.836.526,29	6.445.486,96	5.156.450,76
RESPONSABILIDADES FINANCEIRAS DO RPPS	(2.626.973,53)	(2.150.628,47)	(874.343,55)
	7.818.236,41	10.544.871,36	13.082.367,81

Fonte: Balancetes do RPPS

Prefeitura Municipal de Caririáçú
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
VIII - MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2020

LRF, art 4º, § 1º	R\$ 1,00
EVENTO	VALOR PREVISTO 2020
Aumento Permanente da Receita	-
(-) Aumento Referente a Transferência Constitucionais	-
(-) Aumento Referente a Transferência do FUNDEF	-
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	-
Redução Permanente de Despesa (II)	620.131,91
Margem Bruta (III) = (I + II)	620.131,91
Saldo Utilizado (IV)	-
Impacto de Novas DOCC	-
Margem Líquida de Expansão de DOCC (III - IV)	620.131,91

mm



PREFEITURA DE
Caririáçu

ANEXO DE RISCOS FISCAIS – LDO DE 2020

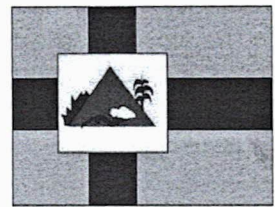
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
(VALORES EM R\$ 1,00)

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Assistência a Epidemias	141.809,06	Abertura de Créditos Adicionais a partir da Redução de Dotação de Despesas Discricionárias	141.809,06
Combate a Calamidades Públicas Provocadas por Enchentes e/ou Estiagens	141.809,06	Abertura de Créditos Adicionais a partir da Reserva de Contingência	141.809,06
SUB-TOTAL	283.618,12	SUB-TOTAL	283.618,12
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Discrepância de projeções	775.242,93		775.242,93
Taxa de Juros	141.809,06	Abertura de Créditos Adicionais a partir da Redução de Dotação de Despesas Discricionárias	141.809,06
Aumento do Salário Mínimo	472.696,88	Abertura de Créditos Adicionais a partir da Redução de Dotação de Despesas Discricionárias	472.696,88
Condenações Judiciais	160.736,99	Contingenciamento de despesas	160.736,99
Frustração de receita	257.250,00	Limitação de empenho	257.250,00
SUB-TOTAL	1.032.492,93	SUB-TOTAL	1.032.492,93
TOTAL	1.316.111,05	TOTAL	1.316.111,05

Handwritten signature or mark in blue ink.



ESTADO DO CEARA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE CARIRIÁÇU




COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

CONVOCAÇÃO

O Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento **MARCOS BEZERRA ARAUJO**, nos termos do Art.32 e Art. 39 do Regimento interno, vem através desta comunicar que V. S^a, acha-se convocado por esta Comissão permanente, a participar no **dia 14 de maio de 2019, as 8:30h** na sala das Comissões desta Câmara Municipal, para análise do seguinte **PROJETO DE LEI N°05/2019, QUE DISPÕE SOBRE A LDO – LEI DE DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTARIA EXERCICIO FINANCEIRO DE 2020.**

Caririáçu-CE, 08 de maio de 2019.

Atenciosamente,



MARCOS BEZERRA ARAUJO
Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

CRISTINA ONASSES VIANA ARAÚJO – 1ª Secretária

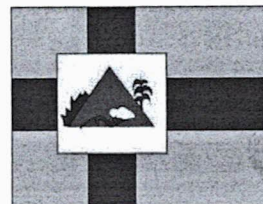
Recebido em ___ / ___ /2019

JOSÉ GOES DA COSTA - 2º Secretário

Recebido em ___ / ___ /2019



ESTADO DO CEARA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE CARIRIÁÇU




COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

CONVOCAÇÃO

O Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento **MARCOS BEZERRA ARAUJO**, nos termos do Art.32 e Art. 39 do Regimento interno, vem através desta comunicar que V. S^a, acha-se convocado por esta Comissão permanente, a participar no **dia 14 de maio de 2019, as 8:30h** na sala das Comissões desta Câmara Municipal, para análise do seguinte **PROJETO DE LEI Nº05/2019, QUE DISPÕE SOBRE A LDO – LEI DE DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTARIA EXERCICIO FINANCEIRO DE 2020.**

Caririáçu-CE, 08 de maio de 2019.

Atenciosamente,



MARCOS BEZERRA ARAUJO
Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

CRISTINA ONASSES VIANA ARAÚJO – 1ª Secretária

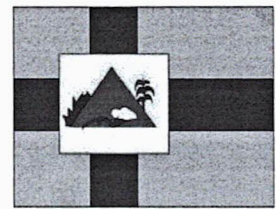
Recebido em ___/___/2019

JOSÉ GOES DA COSTA - 2º Secretário

Recebido em ___/___/2019



ESTADO DO CEARA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE CARIRIÁÇU



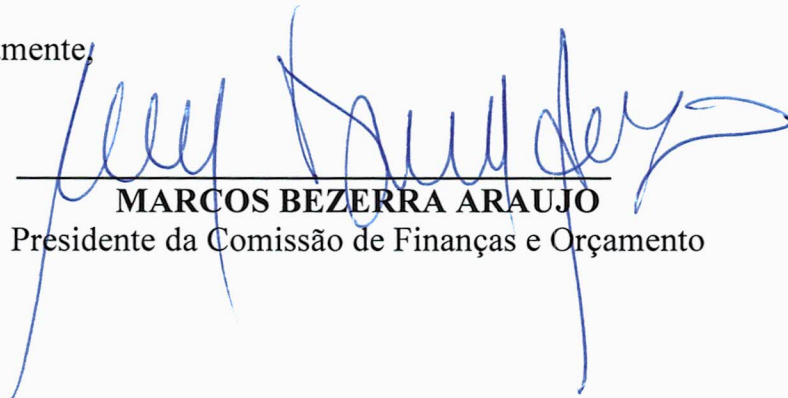
COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

CONVOCAÇÃO

O Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento **MARCOS BEZERRA ARAUJO**, nos termos do Art.32 e Art. 39 do Regimento interno, vem através desta comunicar que V. S^a, acha-se convocado por esta Comissão permanente, a participar no **dia 14 de maio de 2019, as 8:30h** na sala das Comissões desta Câmara Municipal, para análise do seguinte **PROJETO DE LEI N°05/2019, QUE DISPÕE SOBRE A LDO – LEI DE DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTARIA EXERCICIO FINANCEIRO DE 2020.**

Caririáçu-CE, 08 de maio de 2019.

Atenciosamente,



MARCOS BEZERRA ARAUJO
Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

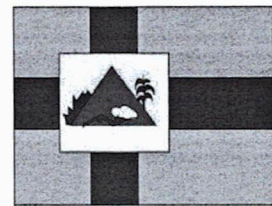
JOSÉ MARCOS ALVES VILAR – SEC. DE FINANÇAS DO MUNICÍPIO

Recebido em ___ / ___ /2019

Recebido
09/10/2019
Ricardo Santos Barros
SECR. ADJ. PLANEJAMENTO
E FINANÇAS
PORTARIA N° 11/2017



ESTADO DO CEARA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE CARIRIÁÇU



COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

CONVOCAÇÃO

O Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento **MARCOS BEZERRA ARAUJO**, nos termos do Art.32 e Art. 39 do Regimento interno, vem através desta comunicar que V. S^a, acha-se convocado por esta Comissão permanente, a participar no **dia 14 de maio de 2019, as 8:30h** na sala das Comissões desta Câmara Municipal, para análise do seguinte **PROJETO DE LEI Nº05/2019, QUE DISPÕE SOBRE A LDO – LEI DE DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTARIA EXERCICIO FINANCEIRO DE 2020.**

Caririáçu-CE, 08 de maio de 2019.

Atenciosamente,



MARCOS BEZERRA ARAUJO
Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

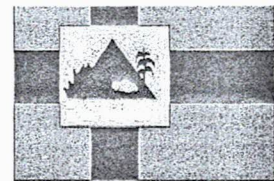


JHONATAN RODRIGUES – PROCURADOR DO MUNICIPIO
Recebido em 09/05/2019



LISTA DE FREQUÊNCIA AUDIÊNCIA PÚBLICA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA 2019

Nome	Setor
Ediciana Anacruina Pereira	Prof. Contabilidade
EDUARDO FERREIRA DA SILVA	CONTABILIDADE
Ana Scarlett Moncima da Silva	Contabilidade
João Carlos da Silva	EMPRESÁRIO
Eduardo Reis Silva	Empresário
Jullien Mendes Gaudencius de Medeiros	Contabilidade
João Leite Costa Junior	PROCURADORIA
João Ernaldo Colares SILVA	PROCURADORIA
Francisco Marcos Rodryg	PROCURADORIA
Paulo Nazimundo Alves Pereira	Técnico - SDA
Daniela Maria Feitosa Dantas	Sec. Finanças
João Marcos Alves Ulari	Sec. Finanças
Francisco Gomes Santana	Sec. Administração
Dígia Maria Borges Rocha	Procuradoria
RAIMUNDO CORREIA DE ARAUJO NETO	SAMAE
Angela Brito de Oliveira	ARQUIVO
Rosa Maria Paulista	Auxiliar
Clara Diamara Freitas Aguiar	Sec. Educação
Nayanne O. Borges Feitosa	CRAS Centro
Jenfa Barbara da Silva	CRAS Centro
Ana Auxiliadora Zelim Maranhão	SM. ASSISTÊNCIA SOCIAL
Camilla Borges Silva	SMAS
M ^{te} das Virgens Sampaio Bezerra	SMAS
Francisco de Sales Pereira	Ofício de R. de
Estelita Gonçalves de Souza	
Roberta Ulbrina Feitosa	ACS
João Ferreira Neto	EDUCAÇÃO
Cláudio José de Melo de Almeida	Almoxarifado - M.C



LISTA DE FREQUÊNCIA AUDIÊNCIA PÚBLICA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIA 2019

Nome	Setor
Jully Dayn Aupo	CÂMARA MUNICIPAL
Jonas de Mota de Mota	CÂMARA MUNICIPAL
Antônio de Jesus	CÂMARA MUNICIPAL
Luiz Falcão de Brito	CÂMARA MUNICIPAL
Francisco Brito de Lima	CÂMARA MUNICIPAL
Antonio Roberto Pereira de Araújo	CÂMARA MUNICIPAL
P. Inaldo de Sousa Campos	CÂMARA MUNICIPAL
Thays de Melo	'' '' ''
José Góes da Costa	'' '' ''
Dorivaldo de Souza	'' '' ''
Paulo de Souza	'' '' ''
Raul Gonçalves Macedo Tavares	'' '' ''
Dr. Sérgio de Moura	Imprensa
Chelma Pereira de Souza	Podr. Legislativo
Glória Rebelo de Souza Tenente	Podr. Legislativo
Catalina Soares Borges Prof.	Sec. Educação
Maria dos Anjos B. Araújo	Câmara
Maria Taina A. S. Borges	Câmara
DIEGO MORA DE ALMEIDA	CÂMARA
Francisco de V. Borges	Assist. Social
Di. fit	
Aldemir de Souza Barros	CÂMARA MUNICIPAL
Di. fit	CÂMARA MUNICIPAL
Roseta Rosada Silva	
José Cleidomir Feitosa Júnior	ACS Secretaria de Saúde
Pedro Tavares de Lima	ASSISTENTE IMPRENSA